



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

CURITIBA
2012



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Elaborado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

SUMÁRIO

SEÇÃO I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - IDENTIFICAÇÃO DA UJ	7
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	7
SEÇÃO II - INTRODUÇÃO	8
SEÇÃO III - DESENVOLVIMENTO.....	9
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	9
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	9
2.1.1 <i>Competência Institucional</i>	<i>9</i>
2.1.2 <i>Objetivos estratégicos.....</i>	<i>9</i>
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	10
2.2.1 <i>Análise do andamento do plano estratégico da unidade</i>	<i>11</i>
2.2.2 <i>Análise do Plano de Ação da Unidade</i>	<i>11</i>
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	11
2.3.1 <i>Execução física das ações realizadas pela UJ.....</i>	<i>11</i>
2.3.2 <i>Formas de Atuação - Apresentação do método utilizado para atingimento dos objetivos traçados.....</i>	<i>18</i>
2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro	18
2.4.1 <i>Programação Orçamentária das Despesas</i>	<i>18</i>
2.4.2 <i>Execução Orçamentária das Despesas.....</i>	<i>22</i>
2.4.3 <i>Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos recebidos por movimentação..</i>	<i>24</i>
2.4.4 <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....</i>	<i>25</i>
2.4.5 <i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....</i>	<i>26</i>
2.4.6 <i>Análise e Comentários a Composição dos Balanços e Demonstrações Contábeis.....</i>	<i>27</i>
2.4.7 <i>Indicadores Institucionais.....</i>	<i>34</i>
3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR	39
3.1 Análise Crítica.....	39
4 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	40
4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	40
4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	42
4.3 Composição do quadro de estagiários.....	42
4.4 Demonstração dos Custos de Pessoal	42
4.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	44
4.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	47
5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	50
5.1 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	50
6 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	51

7	CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993	52
7.1	Análise Crítica.....	52
8	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	53
9	ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	55
10	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	57
10.1	Análise Crítica.....	62
11	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	64
12	UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	65
13	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	65
14	TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	71
15	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE	71
15.1	Receitas Arrecadadas pela UJ	71
15.2	Valores Arrecadados e Recolhidos.....	72
15.3	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	73
15.4	Análise das Conformidades Contábeis	74
16	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO DA UJ.....	75
	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA	75
	SEÇÃO IV - RESULTADOS E CONCLUSÕES	75

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	7
Quadro II - Execução Física das ações realizadas pela UJ	16
Quadro III - Programação de Despesas Correntes	19
Quadro IV - Programação de Despesas de Capital	19
Quadro V - Resumo da Programação de Despesas	20
Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	21
Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	22
Quadro VIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	22
Quadro IX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ	23
Quadro X - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	24
Quadro XI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	25
Quadro XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	26
Quadro XIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	39
Quadro XIV - Força de Trabalho – Situação em 31/12/2011	40
Quadro XV - Situações que Reduzem a Força de Trabalho – Situação em 31/12/2011	40
Quadro XVI - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - Situação em 31/12/2011	41
Quadro XVII - Quantidade de Servidores por Faixa Etária - Situação em 31/12/2011	41
Quadro XVIII - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12/2011	41
Quadro XIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011	42
Quadro XX - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011	42
Quadro XXI - Composição do Quadro de Estagiários	42
Quadro XXII - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	43
Quadro XXIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	44
Quadro XXIV - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	45
Quadro XXV - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	52
Quadro XXVI - Estrutura de Controles Internos da UJ	53
Quadro XXVII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	55
Quadro XXVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	57
Quadro XXIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	58
Quadro XXX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	59
Quadro XXXI - Gestão de Tecnologia da Informação da UJ	64
Quadro XXXII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	65
Quadro XXXIII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo	65
Quadro XXXIV - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	65
Quadro XXXV - Declaração Plena do Contador	75

LISTA DE SIGLAS

AC – Acórdão
ADG – Assessoria da Direção-Geral
ALC-SC – Assessoria de Licitações e Contratos – Seção de Contratos (antiga denominação da Secretaria de Licitações e Contratos - SLC)
APES – Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança
ASPO-SG/CSJT– Assessoria de Planejamento Orçamento e Finanças da Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
BACEN – Banco Central do Brasil
BS – Boletim de Serviço
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CNJ – Conselho Nacional da Justiça
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPROJ – Coordenadoria de Projetos
CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
CRS- Comissão de Responsabilidade Socioambiental
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CUB – Custos Unitários Básicos
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DBR – Declaração de Bens e Rendimentos
DE – Determinação
DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
DG – Direção Geral
DJPR – Diário da Justiça do Paraná
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GRU – Guia de Recolhimento da União
IEP – Instituto de Engenharia do Paraná
IN – Instrução Normativa
JP – Juiz Presidente
LOA – Lei Orçamentária anula
MPT – Ministério Público do Trabalho
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ODESP – Ordenadoria da Despesa
PLN – Plano Plurianual
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PRP – Processo Pessoal
RA – Resolução Administrativa
RAP – Restos a Pagar
RE – Recomendação
RI/TCU – Regimento Interno do Tribunal de Contas da União
SAO – Serviço de Administração de Obras
SCI – Secretaria de Controle Interno
SEA – Secretaria de Engenharia e Arquitetura
SECOF – Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças



SEDEP – Seção de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SEPEGE – Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística
SERCONT – Serviço de Contabilidade e Orçamento
SERDAF – Serviço de Dados Funcionais
SERPAG – Serviço de Pagamento de Pessoal
SGP – Secretaria-Geral da Presidência
SGT – Serviço de Gestão de Terceiros
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SLC - Secretaria de Licitações e Contratos
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPV – Sentenças de Pequeno Valor
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TC – Tomada de Contas
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
VPI – Vantagem Pecuniária Individual

SEÇÃO I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - IDENTIFICAÇÃO DA UJ
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
Quadro I - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Justiça do Trabalho			Código SIORG: 99999
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO			
Denominação abreviada: TRT 9ª REGIÃO			
Código SIORG: 99999	Código LOA: 99999		Código SIAFI: 080012
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Judiciário Federal			
Principal Atividade: promover a conciliação, o julgamento e dirimir litígios de natureza trabalhista entre empregados e empregadores.			Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato:	(041) 3310-7127	(041) 3310-7168	(041) 3310-7758
Email: sci@trt9.jus.br			
Página da Internet: http://www.trt9.jus.br			
Endereço Postal: Avenida Vicente Machado nº 147, Centro, Curitiba/PR, 80420-905.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Leis nºs 6.241/75, 7.325/85, 7.907/89 e 8.492/92			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, 7ª Edição – aprovado pela Resolução Administrativa 102/2001, de 29/10/2001, publicada no DJPR de 08/11/2001, págs. 197 a 198. Gestão do biênio 2009/2011 aprovada pela Resolução Administrativa – RA 023/2009, publicada no DEJT nº 337, de 15/10/2009, pág. 5 e 6 e gestão do biênio 2011/2013 aprovada pela Resolução Administrativa – RA 032/2011, publicada no DJET nº 830, de 06/10/2011, pág. 18.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria JP nº 431, de 07 de outubro de 2008. (Publicado no BS nº 21, de 1/11/2008, p. 1 a 5), Institui o Manual de Concessão de Suprimento de Fundos.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
080012	Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
080012		00001	

SEÇÃO II - INTRODUÇÃO

Este Relatório foi elaborado de acordo com as especificações, organização, forma e conteúdos estabelecidos pela Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, bem como segundo as orientações de preenchimento constantes da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

O presente documento traz as informações gerais e contábeis sobre o relatório de gestão e está estruturado em 4 (quatro) seções, sendo: Seção I – Identificação da Unidade Jurisdicionada; Seção II - Introdução, Seção III – Desenvolvimento; e Seção IV – Resultados e Conclusões.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 cujo preenchimento deixou de constar no presente documento em face de não se aplicar à realidade desta unidade jurisdicionada.

Parte A – Conteúdo Geral

Item 2	c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade: I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;
Justificativa: este órgão não tem responsabilidade de gerir Programas de Governo.	
Item 3	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
Justificativa: Não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência, pois as contas contábeis registradas na Contabilidade da UJ para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos não tiveram movimentação nem apresentaram saldo diferente de zero no final do exercício do Relatório de Gestão.	
Item 5	Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas: e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
Justificativa: os quadros A.5.9 e A.5.10, da Portaria TCU nº 123/2011, não foram preenchidos, pois não há contratação de empregados terceirizados que ocupem cargos e atividades do plano de cargos e carreiras reservadas a servidores em decorrência do quê igualmente não houve substituição de empregados terceirizados nesta Unidade Jurisdicionada.	
Item 6	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.
Justificativa: este Tribunal não tem a prática de firmar convênios, acordos e instrumentos congêneres com a previsão de repasse de recursos para a sua execução. Assim, neste item foram informados os acordos de cooperação técnica que esta UJ manteve com Instituições Financeiras Públicas Federais.	
Item 14	Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.
Justificativa: no exercício de 2011 não houve Renúncia Tributária neste Tribunal.	

Item 15	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.
Justificativa: com relação ao preenchimento do Quadro A.15.2 (Portaria Normativa 123/2011), referente ao cumprimento de deliberações do TCU, necessário informar que não há quaisquer pendência e que esta unidade jurisdicionada deu cumprimento a todas as deliberações oriundas dessa Corte.	

Quanto às demais informações gerais sobre a gestão serão apresentados os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados, com base em informações de programação e execução orçamentária, física e financeira, considerando os objetivos e ações associados à esta Unidade Jurisdicionada, inseridas nestas as principais realizações da gestão no exercício bem como as principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos traçados para o exercício de referência.

Finalmente, quanto às informações contábeis propriamente ditas da gestão será apresentada a declaração plena do contador e os resultados e as conclusões da unidade de controle interno a respeito da atuação institucional por parte desta UJ.

SEÇÃO III - DESENVOLVIMENTO

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

O TRT-PR é órgão integrante do Poder Judiciário, criado, originariamente, pela Lei nº 6.421/75, já atualizada a sua composição, por legislações posteriores, esta UJ como órgão que compõe a Justiça do Trabalho a competência está esculpida artigo 114, da Magna Carta, incisos I a IX, parágrafos 1º a 3º, já consideradas as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

2.1.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos desta Unidade constam do Planejamento Estratégico, instituído pela RA nº 23/2010, do Tribunal Pleno, em 26/8/10, que aprovou o Planejamento Estratégico para o quinquênio 2010-2014.

A aferição da execução da estratégica não foi possível, em razão de ser o primeiro ano de utilização da metodologia *Balanced Scorecard*, bem como alguns indicadores em sua maioria, não havia parâmetros para análise e conseqüentemente extrair os resultados, seja por falta de meta estipulada ou linha de base.

Diante deste contexto, em face do elevado grau de dificuldade de apuração da linha de base, iniciou-se neste exercício a construção de uma série histórica, que permitirá o aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão deste Regional para os próximos exercícios.

No quadro a seguir, as metas fixadas para o exercício de 2011 (RA nº 23/2010):

INDICADORES	META PARA 2011	DESEMPENHO
1. Parcerias Estratégicas	Aumentar para 185 parcerias	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base. Obs: solicitado revisão da linha de base, conforme Memo nº 10/ALC-SC
2. Atendimentos efetuados pela Ouvidoria	75%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.
3. Alinhamento da comunicação institucional aos objetivos estratégicos	92%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.
4. Iniciativas socioambientais	Aumentar para 41 iniciativas	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.
5. Cadastro de partes	100%	Dificuldade encontrada em razão de não existir regulamento/norma que torne obrigatório o fornecimento do CNPJ/CPF pelas partes.
6. Forma dos procedimentos de aquisição de bens e serviços	2%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.
7. Resultado dos procedimentos de aquisição de bens e serviços	2%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.
8. Capacitação nas competências estratégicas	20%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base
9. Clima Organizacional	Valor de base	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base. *Obs.: Conforme Despacho DG de 1º-2-2012, foi autorizado a implantação do Projeto 16/2011 neste Regional.
10. Exame médico periódico	80%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base. Obs.: O Projeto encontra-se na Coordenadoria de Projetos (CPROJ) para implantação.
11. Avaliação das instalações físicas	Valor de base	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base. *Obs.: A Secretaria Administrativa realizará uma pesquisa de satisfação.
12. Aderência aos padrões mínimos de tecnologia da informação e comunicação – TIC	60%	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.
13. Agilidade na execução	Remeter ao arquivo definitivo, anualmente +5% a mais de processos em relação aos arquivados definitivamente no exercício anterior	Meta cumprida com o índice de 7,076% a mais 2010. 114.486
14. Orçamento para estratégia	Obter 30% de iniciativas com recursos providos	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base. *Obs.: O Diretor da área, responsável pelo fornecimento das informações, esclarece que irá adotar uma linha de base.
15. Execução dos projetos estratégicos	Concluir 30% dos projetos estratégicos	Não foi possível aferir em razão da ausência da linha de base.

Fonte: Sepege

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Considerando o caráter dinâmico do processo de planejamento estratégico, o monitoramento e as revisões periódicas dos indicadores e das metas, permitirá a Administração

deste TRT-PR, um aperfeiçoamento contínuo e agregando valor, uma vez que propiciará a possibilidade de correção de desvios, caso se faça necessário, além de permitir a aprendizagem organizacional.

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade

Como já constou do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010, foi providenciada a contratação da empresa especializada, Tantum Group Consultoria Empresarial Ltda. (Symnetics - Contrato nº 15/2011 – PR 40/2010) para capacitação de magistrados e servidores e na elaboração do BSC - *Balanced Scorecard*, deste TRT-PR, com carga horária de 320 horas, num cronograma de 6 (seis) meses para realização das capacitações e avaliações de aprendizagem.

Em continuidade, conforme informada pela área competente, foram promovidas reuniões e treinamentos aos servidores, com o objetivo de estabelecer diretrizes para aferição dos objetivos estratégicos, cuja apuração foi realizada mediante a validação do consultor de Tantum Group Consultoria Empresarial Ltda (Symnetics), bem como a participação dos magistrados e servidores, com a realização de entrevistas e questionários, com o objetivo de identificar pontos fortes e fracos da instituição, além de possíveis ameaças e oportunidades.

Assim iniciou-se a coordenação do processo de revisão periódica do Planejamento Estratégico, com a elaboração de um novo Painel de Gestão, que está em fase de construção.

Com a realização da 1ª Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná, de 12 a 16 de setembro de 2011, que contou com a participação de 179 (cento e setenta e nove) magistrados dos 196 (cento e noventa e seis) que compõem esta UJ foram elaboradas e aprovadas pela Plenária um Caderno de Proposições contendo 44 (quarenta e quatro) proposições aprovadas e resultantes de 4 (quatro) eixos temáticos: Efetividade e produtividade no exercício jurisdicional; Cumprimento da sentença e execução; Processo Eletrônico; Gestão de políticas institucionais.

Desta forma, como as respectivas proposições devem auxiliar e dar suporte ao Planejamento Estratégico, foi determinada a suspensão da referida contratação com previsão de reinício da execução para o mês de março de 2012.

As adequações realizadas no treinamento de capacitação traduzem a necessidade de alguns ajustes com o fito de alinhar os projetos aos instrumentos de Gestão Administrativa e Econômico/Financeira, ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como à Lei Orçamentária Anual. Buscam, também, fomentar a integração, pois é de fundamental importância que todas as unidades deste Regional se entrelacem em torno do Planejamento, ampliando o alinhamento das ações desenvolvidas pelas mais diversas áreas das unidades administrativas e judiciárias, com vistas a atingir de forma efetiva os objetivos estratégicos elencados no Mapa Estratégico do TRT-PR.

2.2.2 Análise do Plano de Ação da Unidade

No ano de 2011, foram promovidas ações iniciais do acompanhamento da execução do plano estratégico institucional, em especial a apuração da linha de base para medição dos indicadores e o desenvolvimento de ferramenta informatizada de gestão de indicadores que estão em fase de execução.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Execução física das ações realizadas pela UJ

2.3.1.1 Objetivos dos Programas:

2.3.1.1.1 Prestação Jurisdicional Trabalhista

Conjunto de ações que diretamente concorrem para a garantia plena do direito à Justiça, representada pela missão de conciliar e julgar os dissídios trabalhistas.

2.3.1.1.2 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Conjunto de ações relativas ao processo judiciário.

2.3.1.1.3 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Conjunto de ações desenvolvidas visando o amparo e assistência aos segurados e seus beneficiários.

2.3.1.2 Detalhamento das Ações: Projetos, Atividades e Operações Especiais

2.3.1.2.1 Prestação Jurisdicional Trabalhista

2.3.1.2.1.1 *Objetivo*

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

2.3.1.2.1.2 *Atividades/Projetos*

02.122.0571.09HB.0041 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

02.122.0571.11EX.0101 – Construção de Fórum Trabalhista em Londrina – PR

Construção de obra com 16.159,67 m² para instalação de seis Varas do Trabalho, Serviço de Distribuição, Postos de Atendimento Bancário, OAB, Arquivo Geral e Divisão Administrativa com almoxarifado, para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.

02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, com a finalidade de proporcionar aos beneficiários condições para manutenção da saúde física e mental.

02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõem o Decreto 977/93 e a Constituição Federal, art. 7º, inciso XXV, alterado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, com a finalidade de oferecer aos beneficiários, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes.

02.331.0571.2011.0001 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

02.306.0571.2012.0001 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado.

02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos

Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para a capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficiência, modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente, além de proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessário ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender os anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.

02.061.0571.4224.0041 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, nos termos do art. 790-B, da CLT, com a finalidade de garantir a assistência gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito adquirido e ao deslinde da controvérsia legal.

02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Os recursos serão aplicados em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: pessoal ativo; viagens e locomoção; diárias; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, alugueres, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados,

utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: alugueis, despesas de condomínio e seguros; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão-de-obra para vigilância e limpeza; conservação, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de ar condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, *softwares* e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.

02.122.0571.7Q68.0060 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Ponta Grossa – PR

Construção de obra com 8.000 m² para instalação de cinco Varas do Trabalho, Serviço de Distribuição, Postos de Atendimento Bancário, OAB, Arquivo, Auditório, Estacionamento coberto e reserva para futura ampliação de uma Vara do Trabalho, para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.

02.061.0571.8134.0041 – Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho

Os recursos serão aplicados em ações destinadas ao custeio e manutenção de varas itinerantes, criadas e mantidas nos termos do § 1º do artigo 115 da Constituição Federal, que visam levar a prestação jurisdicional trabalhista aos locais mais distantes do território brasileiro mediante o deslocamento de magistrados e servidores.

2.3.1.2.1.3 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

São as ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

2.3.1.2.1.3.1 Operações Especiais

28.846.0901.0005.00001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.

28.846.0901.0625.0001 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

Pagamento de sentenças judiciais no prazo de sessenta dias contados da data do trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a sessenta salários mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, regulamentado pela Instrução Normativa nº 32/2007 do TST, aprovada pela Resolução nº 145/2007.

2.3.1.2.1.4 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2.3.1.2.1.4.1 Objetivo

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

2.3.1.2.1.4.2 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

09.272.0089.0396.0001 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Pagamento de aposentadorias e pensões, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores aos servidores civis inativos dos poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União ou seus pensionistas.

2.3.1.3 Demonstração da Execução Física das Ações Previstas e Realizadas e Descrição das Metas Executadas

Quadro II - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
02	061	0571	4224	A	3	Pessoa Assistida	7.776	5.863	7.467
02	061	0571	4256	A	3	Processo Julgado	171.224	169.999	179.785
02	061	0571	8134	A	3	% Execução Física	14	10	14
02	122	0571	11EX	P	3	% Execução Física	38	63,18	-
02	122	0571	7Q68	P	3	Edifício Construído / % Execução Física	1	0	51
02	128	0571	4091	A	3	Servidor Capacitado	5.000	5.832	3.678
02	301	0571	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	6.683	6.801	6.763
02	306	0571	2012	A	3	Servidor Beneficiado	2.431	2.425	2.393
02	331	0571	2011	A	3	Servidor Beneficiado	66	31	89
02	365	0571	2010	A	3	Criança de 0 a 6 anos atendida	528	479	480

Notas: 1 - Valores extraídos da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011).

2 - Não foram incluídas as ações 0396 e 09HB, por não constar meta na LOA 2011.

3 - A Ação 7Q68 contempla duas unidades de medida, sendo Edifício Construído para 2011 (LOA 2011) e % de Execução Física para 2012 (LOA 2012).

Fonte: Sigplan/SAO/Sercont/Secof

2.3.1.4 Análise crítica

02.061.0571.4224.0041 – **Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**

A meta física não foi plenamente atingida em virtude de falta de recursos orçamentários para pagamento das requisições dos meses de novembro e dezembro/2011, pois o PLN nº 49/2011, referente ao pedido de crédito suplementar do 3º período foi convertido na Lei nº 12.579/2011, em 29/12/2011, não havendo assim tempo hábil para o processamento do pagamento no exercício de 2011, sendo os recursos inscritos em restos a pagar.

02.061.0571.4256.0001 - **Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

A meta física não foi plenamente atingida, em virtude de o número de processos julgados ter sido inferior ao inicialmente estimado.

02.061.0571.8134.0041 – **Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho**

A meta física não foi plenamente atingida, pelo fato de não ter sido possível o atendimento das 14 Varas do Trabalho previstas no programa.

02.122.0571.11EX.0101 – **Construção de Fórum Trabalhista em Londrina – PR**

Para atingir 100% da construção do Fórum Trabalhista de Londrina, a meta prevista para 2011 foi de 38%, porém foi realizado apenas 1,18%, restando ainda 36,82% para conclusão da obra. Sendo assim, o não atingimento da meta deu-se em virtude da utilização de recursos de restos a pagar até maio de 2011, pois somente a partir de junho de 2011 foram executados os recursos do exercício, e ainda assim de forma gradual, por motivos de atrasos na construção, em razão de realização de aditivos de serviços no contrato, cuja necessidade técnica foi constatada no decorrer da obra, que teve sua previsão de entrega dilatada para abril de 2012. O volume de recursos inscritos em restos a pagar em 2010, que foi utilizado integralmente até maio de 2011, é decorrente do fato de o processo licitatório para contratação de nova empresa para dar prosseguimento à execução da obra ter sido concluído no final do exercício de 2010, visto que em 2009 houve rescisão contratual da segunda empresa contratada por atraso na construção e descumprimento de cláusulas contratuais.

02.122.0571.7Q68.0060 – **Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Ponta Grossa – PR**

O não atingimento da meta é decorrente da contratação da empresa para execução da obra ter ocorrido no final do exercício de 2011, por atraso da empresa contratada para a execução dos projetos.

02.128.0571.4091.0001 - **Capacitação de Recursos Humanos**

A meta foi alterada de 3.300 para 5.000 servidores capacitados, e foi plenamente cumprida, em virtude de ampliação das ações de treinamento a magistrados e servidores através da utilização do ensino a distância.

02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

A meta física foi plenamente atingida com a nomeação de novos servidores, e consequente inclusão de seus dependentes, aprovados no concurso público realizado em 2010, de cargos remanescentes aprovados através da Lei 11.979/2009.

02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Meta alterada de 2.174 para 2.431 beneficiados, em virtude do reconhecimento do direito ao benefício aos magistrados, conforme determina a Resolução CNJ 133 de 21/06/2011, que dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens. O não atingimento pleno da meta decorre da existência de cargos vagos para magistrados e servidores, não preenchidos até o encerramento do exercício.

02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte aos Servidores e Dependentes

O não atingimento da meta ocorreu em razão da estimativa inicial do número de servidores beneficiados pelo programa para o exercício, não ter sido confirmada no decorrer do ano.

02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

O não atingimento da meta ocorreu em razão da estimativa inicial do número de crianças de 0 a 6 anos atendidas pelo programa para o exercício, não ter sido confirmada no decorrer do ano.

2.3.2 Formas de Atuação - Apresentação do método utilizado para atingimento dos objetivos traçados

No Tribunal do Trabalho da 9ª Região, como unidade Orçamentária e Executora, as despesas são realizadas diretamente, ou seja, são efetuadas sem transferência de crédito, sob a modalidade Aplicações Diretas.

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro**2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas**

Quadro III - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	507.616.322,00	463.675.468,00			58.720.775,00	50.091.737,00	
	PLOA	507.616.322,00	463.675.468,00			58.720.775,00	50.091.737,00	
	LOA	507.616.322,00	463.675.468,00			59.101.805,00	50.091.737,00	
CRÉDITOS	Suplementares	64.939.046,00	97.973.260,00			6.549.238,00	3.564.570,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados					2.600.122,00	2.876.225,00	
Outras Operações								
Total		572.555.368,00	561.648.728,00			63.050.921,00	50.780.082,00	

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

Quadro IV - Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	12.091.850,00	6.417.400,00				
	PLOA	12.091.850,00	6.417.400,00				
	LOA	13.991.850,00	7.667.400,00				

CRÉDITOS	Suplementares	2.082.000,00	2.817.500,00				
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados	1.182.000,00	450.000,00				
Outras Operações							
Total		14.891.850,00	10.034.900,00				

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

Quadro V - Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	566.337.097,00	513.767.205,00	12.091.850,00	6.417.400,00		
	PLOA	566.337.097,00	513.767.205,00	12.091.850,00	6.417.400,00		
	LOA	566.718.127,00	513.767.205,00	13.991.850,00	7.667.400,00		
CRÉDITOS	Suplementares	71.488.284,00	101.537.830,00	2.082.000,00	2.817.500,00		
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados	2.600.122,00	2.876.225,00	1.182.000,00	450.000,00		
Outras Operações							
Total		635.606.289,00	612.428.810,00	14.891.850,00	10.034.900,00		

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080001-TST	0212205711P660001			1.195.321,86
	Recebidos	080001-TST	0212605712C730001			209.192,00
	Recebidos	080001-TST	02126057150930001			19.605,24
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	25201-BACEN	28846090100050001	795.199,00		
	Recebidos	33201-UFPR	28846090100050001	81.261,00		
	Recebidos	71103-UNIÃO	28846090100050001	8.015.848,00		
	Recebidos	26241-UFPR	28846090100050041	5.037.303,00		
	Recebidos	71103-SPV	28846090106250001	2.511.201,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080001-TST	0212205712C730001	122.279,80		
	Recebidos	080001-TST	02126057150930001	4.525.216,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas

Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	65,00	0	65,00	0
Concorrência	4.223.752,64	0	4.223.752,64	0
Pregão	15.437.223,79	10.451.430,28	15.358.375,73	10.416.761,65
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	3.527.201,20	3.037.809,44	3.527.121,22	3.015.060,09
Inexigibilidade	3.462.204,37	2.456.978,31	3.462.204,37	2.456.684,46
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	66.780,63	69.922,59	62.971,93	65.759,90
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	552.780.528,14	555.388.027,13	552.780.528,14	555.388.027,13
Diárias	2.494.201,72	1.809.928,33	2.494.201,72	1.809.928,33
Outros	52.742.228,15	29.767.124,04	52.695.242,58	29.767.124,04

Nota: Foram subtraídos os valores das contratações originárias de créditos recebidos por movimentação de recursos.

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

Quadro VIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1- Despesas de Pessoal								
3190.01	369.687.829,64	357.362.242,80	369.687.829,64	357.362.242,80	-	-	369.687.829,64	357.362.242,80
3190.03	77.464.678,43	72.142.480,95	77.464.678,43	72.142.480,95	-	-	77.464.678,43	72.142.480,95

3190.11	66.228.456,54	64.158.536,37	66.228.456,54	64.158.536,37	-	-	66.228.456,54	64.158.536,37
Demais elementos do grupo	59.174.403,39	64.353.454,12	55.571.140,70	59.852.243,85	3.603.262,69	4.501.210,27	55.571.140,70	59.852.243,85
2- Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
3390.30	18.321.305,00	15.047.475,00	17.550.440,23	15.040.979,91	770.864,77	6.495,09	17.550.440,23	15.040.979,91
3390.37	11.746.625,51	8.234.010,11	9.235.598,78	6.357.828,48	2.511.026,73	1.876.181,63	9.188.016,87	6.334.421,91
3390.39	10.714.230,49	10.004.566,33	10.576.349,20	9.979.122,21	137.881,29	25.444,12	10.576.349,20	9.979.122,21
Demais elementos do grupo	22.161.048,39	17.335.598,28	19.351.082,97	16.287.395,63	2.809.965,42	1.048.202,65	19.296.403,52	16.251.668,57

Nota: Foram subtraídos da despesa liquidada, os valores relativos à restos a pagar não processados, por ainda não terem passado pela fase de liquidação no final do exercício de referência.

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

Quadro IX -Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
4490.51	9.425.108,85	3.464.509,56	4.268.992,64	107.060,83	5.156.116,21	3.357.448,73	4.268.992,64	107.060,83
4490.52	3.846.620,92	4.867.109,94	3.281.481,88	1.596.316,99	565.139,04	3.270.792,95	3.257.829,63	1.596.316,99
4490.39	1.525.814,63	769.520,45	1.518.134,63	97.012,10	7.680,00	672.508,35	1.518.134,63	97.012,10
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Foram subtraídos da despesa liquidada, os valores relativos à restos a pagar não processados, por ainda não terem passado pela fase de liquidação no final do exercício de referência.

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

2.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos recebidos por movimentação

Quadro X - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.467.876,63	797.351,39	1.467.876,63	797.351,39
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	208.892,26	80.229,90	208.892,26	80.229,90
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	16.171.577,17	21.016.464,15	16.171.577,17	21.016.464,15
Nota: Foram subtraídos da despesa liquidada, os valores relativos aos restos a pagar não processados, por ainda não terem passado pela fase de liquidação no final do exercício de referência.				

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

2.4.4 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XI -Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
3190.01	16.171.577,17	1.486.565,86	16.171.577,17	1.486.565,86	-	-	16.171.577,17	1.486.565,86
3190.03	-	-	-	-	-	-	-	-
31.90.11	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
3390.30	1.424.119,10	357.936,47	419.845,09	278.631,29	1.004.274,01	79.305,18	419.845,09	277.209,49
3390.37	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.39	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Foram subtraídos da despesa liquidada, os valores relativos à restos a pagar não processados, por ainda não terem passado pela fase de liquidação no final do exercício de referência.

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

2.4.5 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
4490.51	3.390.572,00	-	-	-	3.390.572,00	-	-	-
4490.52	1.134.644,00	954.138,89	1.134.644,00	598.950,00	-	355.188,89	1.134.644,00	598.950,00
4490.39	122.279,80	-	122.279,80	-	-	-	122.279,80	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Foram subtraídos da despesa liquidada, os valores relativos à restos a pagar não processados, por ainda não terem passado pela fase de liquidação no final do exercício de referência.

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

2.4.6 Análise e Comentários a Composição dos Balanços e Demonstrações Contábeis

2.4.6.1 Dos Recursos Orçamentários

No exercício de 2011 os recursos orçamentários recebidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, incluindo créditos adicionais suplementares para atendimento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Ativos, Inativos e Pensionistas), Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital e de Precatórios da União e de diversas Autarquias, totalizaram R\$ 673.010.565,90, distribuídos da seguinte forma:

- a) Decorrentes de dotações consignadas a este E. Tribunal na Lei Orçamentária Anual – LOA: R\$ 580.709.977,00;
- b) Crédito orçamentário suplementar: R\$ 69.788.162,00;
- c) Descentralizações oriundas da União, autarquias e fundações públicas, destinadas ao pagamento de decisões judiciais transitadas em julgado: R\$ 16.440.812,00;
- d) Provisão recebida do TST para modernização de instalações da Justiça do Trabalho, Manutenção e Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional: R\$ 6.071.614,90.

O orçamento total do TRT 9ª Região em 2011 apresentou os seguintes valores por tipo de orçamento (esfera):

- a) Orçamento Fiscal: total da despesa autorizada: R\$ 566.789.161,90
- b) Orçamento da Seguridade Social: total da despesa autorizada: R\$ 106.221.404,00

2.4.6.2 Dos Créditos Adicionais

2.4.6.2.1 Pessoal e Encargos Sociais

Foram abertos ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região créditos suplementares para reforço de dotações de Pessoal e Encargos Sociais, aumentando o total do orçamento inicial recebido, no valor de R\$ 64.939.046,00, conforme segue:

- a) Ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Pessoal Ativo:
Suplementação: R\$ 50.501.579,00
- b) Ação 0396 - Pagamento de Aposentadoria e Pensões:
Suplementação: R\$ 14.437.467,00

2.4.6.2.2 Outras Despesas Correntes

Com referência a Outras Despesas Correntes, foram abertos créditos suplementares, aumentando o total do orçamento inicial recebido, bem como cancelamentos, totalizando R\$ 3.949.116,00, conforme discriminado abaixo:

- a) Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes:
Suplementação: R\$ 1.423.016,00
- b) Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados:
Suplementação: R\$ 494.807,00
- c) Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados:

- Suplementação: R\$ 2.931.293,00
- d) Ação 4091 – Capacitação de recursos humanos da Justiça do Trabalho:
Suplementação: R\$ 200.000,00
- e) Ação 4224 – Assistência jurídica a pessoas carentes no Estado do Paraná:
Suplementação: R\$ 1.500.122,00
- f) Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho:
Cancelamento: R\$ 2.600.122,00

2.4.6.2.3 Despesas de Capital

Em relação às Despesas de Capital, foram abertos créditos suplementares, aumentando o total do orçamento inicial recebido em R\$ 900.000,00, conforme discriminado abaixo:

- a) Ação 11EX - Construção do Fórum Trabalhista em Londrina-PR:
Cancelamento: R\$ 1.182.000,00
- b) Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho:
Suplementação: R\$ 2.082.000,00

2.4.6.3 Dotação Descentralizada – Destaque

UO: 25201 – Banco Central do Brasil . 3190.91 – Sentenças Judiciais	795.199,00
UO: 26241 – Universidade Federal do Paraná. .3190.91 – Sentenças Judiciais	5.037.303,00
UO: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social . 3190.91 – Sentenças Judiciais	81.261,00
UO: 71103 – Precatórios Administração Direta . 3190.91 – Sentenças Judiciais	8.015.848,00
UO: 71103 – Precatórios Sentenças de Pequeno Valor . 3190.91 – Sentenças Judiciais	2.511.201,00
TOTAL	16.440.812,00

2.4.6.4 Dotação Descentralizada – Provisão Recebida

UO: 15101 – Tribunal Superior do Trabalho	
. Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho – Nacional . 3390.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica	1.195.321,86
. Manutenção de Sistema Integrado de Gestão – Nacional . 3390.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica . 4490.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica	209.192,00 122.279,80
. Implantação de Sistema Integrado de Gestão – Nacional . 3390.39 – O.S.T – Pessoa Jurídica . 4490.51 – Obras e Instalações . 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente	19.605,24 3.390.572,00 1.134.644,00
TOTAL	6.071.614,90

2.4.6.5 Despesas Realizadas por Meio de Provisões do TST

Os recursos recebidos através de descentralização foram aplicados da seguinte forma:

Programa: 02.122.0571.1P66.0001 – Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho - Nacional.		
Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.		
Processo	Empenho	Favorecido
PO-050/11	2012	Hefer Construções Civis Ltda
Objeto: Contratação da execução de reforma e adequação das instalações para alocação da Escola Judicial e Biblioteca.		
		Valor R\$ 514.321,86

Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Processo	Empenho	Favorecido
PO-080/11	2311	Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada em instalações elétricas, para execução de nova entrada de energia elétrica em média tensão, incluindo subestação 750KVA, readequação das instalações de grupo motor-gerador e distribuição interna de energia em baixa tensão do edifício administrativo do TRT da 9ª Região, sito a Rua Vicente Machado, 147-Curitiba/PR.

Valor R\$ 681.000,00

Total do Programa: R\$ 1.195.321,86

Programa: 02.126.0571.2C73.0001 – Manutenção de Sistema Integrado de Gestão - Nacional

Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Processo	Empenho	Favorecido
PR-020/09	1238	IBM Brasil Ind. de Máq. e Serv. Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para solução *storage* IBM.

Valor R\$ 91.272,00

Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Processo	Empenho	Favorecido
PR-034/11	1750	Uztech Serviços e Informática Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, configuração e suporte dos produtos IBM Tivoli.

Valor R\$ 117.920,00

Elemento da Despesa: 44.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Processo	Empenho	Favorecido
PR-034/11	1749	Uztech Serviços e Informática Ltda

Objeto: Regularização das licenças existentes (*reinstatement*) IBM Tivoli Storage Manager Extended Edition 10 Processor Value Units (PVUS).

Valor R\$ 122.279,80

Total do Programa: R\$ 331.471,80

Programa: 02.126.0571.5093.0001 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão - Nacional

Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Processo	Empenho	Favorecido
PR-041/11	2027	Voyager Business Technology Ltda

Objeto: Contratação de capacitação nos conceitos de gerência de serviços de TI preconizados pelo modelo de referência ITIL (Information Technology Infrastructure Library) por meio da aplicação do treinamento "ITIL Foundations V3".

Valor R\$ 19.605,24

Elemento da Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações.

Processo	Empenho	Favorecido
PO-110/11	2822	Safesystem Informática S/A

Objeto: Aquisição e instalação de solução de *Datacenter* – sala cofre *outdoor* – módulo para proteção física, proteção contra incêndio e arrombamento, estanque contra gases e água e com barreira contra difusão de umidade e atenuação de campos magnéticos.

Valor R\$ 3.390.572,00

Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Processo	Empenho	Favorecido
PC-016/11	1341	Hewlett-Packard Brasil Ltda

Objeto: Aquisição, via sistema de registro de preços, de microcomputador portátil, por adesão à ata de registro de preços do pregão eletrônico 019/2010 do Tribunal Superior do Trabalho, autuado neste TRT como processo “carona”.

Valor R\$ 642.614,00

Elemento da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Processo	Empenho	Favorecido
PC-004/11	1428	Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda

Objeto: Aquisição de solução de armazenamento de dados *storage* por adesão à ata de registro de preços do pregão eletrônico 095/2010 do Tribunal Superior do Trabalho, autuado neste TRT como processo “carona”.

Valor R\$ 492.030,00

Total do Programa: R\$ 4.544.821,24

2.4.6.6 Análise da Execução Orçamentária

Do montante de R\$ 673.010.565,90, referente à despesa autorizada, foi realizado o total de R\$ 672.539.313,86, incluindo o valor de R\$ 19.956.782,16, relativo à inscrição em restos a pagar não processados.

Restou como crédito não utilizado a importância de R\$ 471.252,04, composta dos seguintes valores:

- R\$ 169.105,67 – cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor;
- R\$ 54.256,86 – cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado da Administração Indireta;
- R\$ 45.872,30 – cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado da Administração Direta;
- R\$ 94.305,60 – construção do Fórum Trabalhista de Londrina;
- R\$ 66.026,23 – capacitação de recursos humanos na Justiça do Trabalho;
- R\$ 41.311,91 – manutenção das varas itinerantes na Justiça do Trabalho e
- R\$ 373,47 – despesas correntes na Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

A despesa total realizada por tipo de orçamento (esfera) ficou assim distribuída:

- Orçamento Fiscal: R\$ 566.322.214,08
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 106.217.099,78.

2.4.6.6.1 Despesa Realizada - Corrente e Capital

O processamento das outras despesas correntes e de capital, no montante de R\$ 83.812.368,69, sendo outras despesas correntes no total de R\$ 64.367.328,49 e despesas de capital no total de R\$ 19.445.040,20, foi realizado com observância à Lei 4.320/64 e legislação complementar, sendo, inclusive, realizados os cálculos para retenção dos impostos e contribuições federais instituídas pela Lei 9.430/96 e 9.711/98, assim como a retenção dos impostos sobre serviços para os municípios, instituída pela Lei Complementar Federal nº 116/2003.

2.4.6.6.2 Despesa Realizada - Pessoal

A despesa referente a pessoal, no montante de R\$ 505.717.565,00, foi realizada com o pagamento de vencimentos e vantagens, auxílio funeral, exercícios anteriores, a juízes e servidores deste Tribunal, assim distribuída:

- Despesas com Pessoal Ativo: R\$ 407.280.098,00
- Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista: R\$ 98.437.467,00

2.4.6.6.3 Despesa Realizada – Precatórios Trabalhistas

2.4.6.6.3.1 Administração Direta ou Órgão Extinto

Foi realizada a despesa com Precatórios Trabalhistas, relativos ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, devida pela União, cujo pagamento estava sob a responsabilidade deste E. TRT, no montante de R\$ 10.312.071,03, distribuídos da seguinte forma:

- Precatórios Administração Direta: R\$ 7.969.975,70
- Sentenças Judiciais de Pequeno Valor: R\$ 2.342.095,33

2.4.6.6.3.2 Autarquias e Fundações Públicas

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, este Tribunal procedeu aos pagamentos dos débitos de precatórios de 2010, referentes às dotações orçamentárias das Autarquias e Fundações Públicas abaixo relacionadas e que foram descentralizadas para este Regional, no montante de R\$ 5.859.506,14:

UO: 25201 – Banco Central do Brasil . 3190.91 – Sentenças Judiciais	774.039,24
UO: 26241 – Universidade Federal do Paraná. .3190.91 – Sentenças Judiciais	5.008.510,12
UO: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social . 3190.91 – Sentenças Judiciais	76.956,78
TOTAL	5.859.506,14

2.4.6.6.4 Despesa Realizada – Encargos Patronais

De acordo com o artigo 8º e 8ºA, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, alterada pela Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010 e pela Medida Provisória nº 556, de 23 de dezembro de 2011, Lei nº 8.212/91 e Decreto nº 3.048/99, este Tribunal procedeu aos recolhimentos das contribuições patronais destinados ao plano de seguridade social dos servidores públicos federais e para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, no montante de R\$ 66.837.803,00.

2.4.6.6.5 Resumo da Execução Orçamentária por Atividades, Projetos e Operações Especiais

Crédito Orçamentário – Atividades

Código da Ação	Nome da Ação	Valor Orçado (*)	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Inscrito em RAP	Valor Pago
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	7.702.676,00	7.702.676,00	7.598.213,03	104.462,97	7.598.213,03
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	2.267.300,00	2.267.300,00	2.244.400,00	22.900,00	2.244.400,00
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	123.763,00	123.763,00	94.298,52	29.464,48	94.298,52
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	18.321.305,00	18.321.305,00	17.550.440,23	770.864,77	17.550.440,23
4091	Capacitação de Recursos Humanos	1.520.000,00	1.453.973,77	1.334.132,58	119.841,19	1.334.132,58
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	4.681.152,00	4.681.152,00	3.773.248,03	907.903,97	3.773.248,03
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	441.638.673,00	441.638.299,53	433.834.104,93	7.804.194,60	433.708.191,32
8134	Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho	150.000,00	108.688,09	106.312,01	2.376,08	106.312,01
2C73	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão Nacional	331.471,80	331.471,80	208.892,26	122.579,54	208.892,26

(*) Valor incluindo suplementações e cancelamentos de dotações

Crédito Orçamentário – Projetos

Código da Ação	Nome da Ação	Valor Orçado (*)	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Inscrito em RAP	Valor Pago
7Q68	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Ponta Grossa – PR	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	0,00
11EX	Construção do Fórum Trabalhista de Londrina	7.218.000,00	7.123.694,40	4.268.992,64	2.854.701,76	4.268.992,64
1P66	Modernização de Instalações Físicas	1.195.321,86	1.195.321,86	333.232,63	862.089,23	333.232,63
5093	Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional	4.544.821,24	4.544.821,24	1.134.644,00	3.410.177,24	1.134.644,00

(*) Valor incluindo suplementações, cancelamentos de dotações e contingenciamento

Crédito Orçamentário – Operações Especiais

Código da Ação	Nome da Ação	Valor Orçado (*)	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Inscrito em RAP	Valor Pago
0396	Pagamento de Aposentadorias e pensões	98.437.467,00	98.437.467,00	97.607.932,26	829.534,74	97.607.932,26
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência	66.837.803,00	66.837.803,00	66.322.111,41	515.691,59	66.322.111,41
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	13.929.611,00	13.829.481,84	13.829.481,84	0,00	13.829.481,84
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	2.511.201,00	2.342.095,33	2.342.095,33	0,00	2.342.095,33

(*) Valor incluindo suplementações, cancelamentos de dotações e contingenciamento

2.4.6.7 Análise da Execução Financeira

2.4.6.7.1 Movimentação de Recursos Financeiros

Foram colocados à disposição desta Unidade Jurisdicionada em 2011 recursos financeiros líquidos, no montante de R\$ 652.452.809,39, que tiveram a seguinte destinação:

1) Despesas Correntes	653.094.273,66
Despesas de Capital	19.445.040,20
(=) Total das Despesas Realizadas	672.539.313,86
2) Restos a Pagar Inscritos	(19.956.782,16)
3) Outras Obrigações A Pagar Em 2011	(129.722,31)
= Total Dos Recursos Utilizados	652.452.809,39

A) Saldo para o próximo Exercício

O saldo financeiro transferido para o exercício de 2012 é de R\$ 20.187.193,83, assim discriminado:

. Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16.053.128,11
. Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	4.126.271,24
. Créditos tributários e administrativos de folha de pagamento	7.794,48
. TOTAL	20.187.193,83

B) Correspondendo a:

- Recursos que ficarão comprometidos para o pagamento das seguintes obrigações:

. Obrigações em circulação	
. Inscrição de Restos a Pagar não processados	19.956.782,16
. Restos a Pagar não processados 2010	80.434,28
. Fornecedores a Pagar do exercício	88.259,81
. Fornecedores a Pagar de exercícios anteriores	12.660,38
. Depósitos de Diversas Origens	35.896,32
. Recursos do Tesouro Nacional	9.352,18
. Valores em Trânsito a Pagar	3.808,70
TOTAL	20.187.193,83

2.4.6.7.2 Análise da Execução Financeira da Despesa por Natureza de Recurso

Os recursos financeiros totais administrados por este Tribunal em 2011, considerando os valores pagos relativos a Restos a Pagar de 2009 e 2010, apresentaram o montante de R\$ 668.103.643,00, que tiveram a seguinte destinação:

NATUREZA DO RECURSO	EXECUTADO
CATEGORIA "A"	
Pessoal e Encargos Sociais	588.726.945,17
Restos a Pagar Inscritos	(3.603.262,69)
TOTAL	585.123.682,48
CATEGORIA "C"	
Outras Despesas Correntes e de Capital	83.812.368,69
Restos a Pagar Inscritos	(16.353.519,47)
Obrigações a Pagar	(129.722,31)
TOTAL	67.329.126,91
CATEGORIA "E"	
Restos a Pagar Pagos- Não Processados	15.561.200,95
Restos a Pagar Pagos- Processados	89.632,66
TOTAL	15.650.833,61
TOTAL (CATEGORIA "A" + "C" + "E")	668.103.643,00

2.4.7 Indicadores Institucionais

2.4.7.1 Índices de Gestão Extraídos do Boletim Estatístico 2011

DISCRIMINAÇÃO	ANO: 2011 VARIACÃO (%)	ANO: 2010 VARIACÃO (%)
Índice de Processos solucionados 1º Grau	66,60% %	*
Índice de Processos solucionados 2º Grau	77,23%	*
Índice de Recolhimentos Previdenciário, Imposto de Renda e Custas e Emolumentos	54,46%	*
Índice da totalidade das Receitas arrecadas pela UJ	83,45%	*

* Índice não apresentado em 2010

2.4.7.1.1 Índice de Processos Solucionados

$$\text{1º Grau} = \frac{\text{Número de Processos Solucionados}}{\text{Processos em Apreciação}} \times 100 = 66,60\%$$

$$\text{2º Grau} = \frac{\text{Número de Processos Solucionados}}{\text{Processos em Apreciação}} \times 100 = 77,23\%$$

Este indicador reflete a produtividade quantitativa do julgamento de processos. Quanto mais próximo de 100% maior a produtividade.

O número de processos resolvidos no 1º Grau foi de 119.637¹, sendo 101.476 processos com exame do mérito e 18.163 sem exame do mérito. Foram distribuídos 117.072 processos que somadas aos remanescentes totalizaram 179.640.

No 2ª Grau foram julgados 52.197² processos, sendo 39.129 incluídos em pauta, 12.379 independentes de inclusão em pauta e 686 julgados monocraticamente. Foram distribuídos 51.612 processos que somados ao resíduo totalizaram 66.977.

2.4.7.1.2 Índice de Recolhimentos Previdenciário, Imposto de Renda e Custas e Emolumentos

$$\frac{\text{Receita de Execução Previdenciária, Imposto de Renda e Custas e Emolumentos}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100 = 54,46\%$$

Este índice reflete os recursos arrecadados com Previdência, Imposto de Renda e Custas e Emolumentos nas reclamações trabalhistas em relação a despesa orçamentária do ano.

Os recolhimentos nas reclamações trabalhistas totalizaram o valor de R\$ 363.069.036,95, sendo que R\$ 191.359.972,32³ se refere ao recolhimento Previdenciário, R\$ 139.350.312,16⁴ ao Imposto de Renda e 32.358.751,47⁵ às Custas e Emolumentos. A despesa realizada, excluídos precatórios, totalizou R\$ 666.679.807,72.

¹ Informação extraída do Boletim Estatístico 2011 – Quadro I

² Informação extraída do Boletim Estatístico 2011 – Quadro II

³ Informação extraída do Boletim Estatístico 2011 – Quadro VIII

⁴ Informação extraída do Boletim Estatístico 2011 – Quadro VIII

⁵ Dado extraído do Siafi

2.4.7.1.3 Índice da totalidade das Receitas arrecadas pela UJ

$$\frac{\text{Receita de Execução Previdenciária, Imposto de Renda, Custas e Emolumentos e demais valores arrecadados pela UJ}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100 = 83,45\%$$

Este índice reflete os recursos arrecadados com previdência, imposto de renda e custas e emolumentos nas reclamações trabalhistas, acrescido dos demais valores recolhidos pela UJ, em relação a despesa orçamentária do ano.

O valor total das receitas arrecadadas foi de R\$ 556.313.230,22, sendo R\$ 363.069.035,95 recolhidas nas reclamações trabalhistas e R\$ 193.244.194,27 recolhidas pela UJ, conforme item 17.2 deste Relatório de Gestão, excluídos os valores retidos e recolhidos aos Municípios a título de Imposto sobre Serviços - ISS.

2.4.7.2 Índices de Gestão Extraídos das Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2010 e 2011

DISCRIMINAÇÃO	ANO: 2011 VARIACÃO (%)	ANO: 2010 VARIACÃO (%)
Índice de utilização orçamentária	99,93%	99,23%
Índice de inscrição de restos a pagar	3,01%	2,52%
Índices de despesas apropriadas sem disponibilidade financeira	Não houve	Não houve
Índice de restos a pagar inscritos e não pagos	3,31%	38,40%
Índice de despesas diretas com pessoal	85,13%	87,18%
Índice de despesas diretas com imobilizações	12,89%	1,57%

2.4.7.2.1 Índice de Utilização Orçamentária

$$\frac{\text{Despesa realizada}}{\text{Despesa autorizada}} \times 100 = 99,93 \%$$

Este índice reflete a efetividade com a qual este Regional geriu seus recursos orçamentários durante o exercício de 2011, através do percentual da dotação orçamentária disponibilizada utilizada. Além disso, demonstra que a elaboração da proposta orçamentária não superestimou as despesas anuais.

A economia orçamentária apresentada resulta principalmente da não utilização integral de recursos orçamentários oriundos do cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios) e da Construção do Fórum Trabalhista em Londrina-PR, já que a obra está em fase final de conclusão e todas as despesas já foram empenhadas.

2.4.7.2.2 Índice de Inscrição em Restos a Pagar

$$\frac{\text{Restos a pagar inscritos}}{\text{Despesa realizada}} \times 100 = 3,01 \%$$

Índice que revela o nível de execução dos recursos orçamentários durante o exercício de 2011. Embora este Tribunal tenha por regra utilizar seus recursos orçamentários dentro do exercício de competência, a inscrição de valores em restos a pagar foi resultado da aprovação tardia de

créditos adicionais suplementares para atender ao programa de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes pelo Congresso Nacional, no montante de R\$ 868.022,00, conforme Lei 12.579 de 29 de dezembro de 2011. Além disso, houve a descentralização de recursos do TST para atender ao programa de Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional, no valor de R\$ 3.390.572,00, apenas no dia 28 de novembro de 2011. Tal recurso foi utilizado para aquisição e instalação de sala cofre *outdoor* de solução *Datacenter*, que será efetivada apenas em 2012.

Outros fatores relevantes que acresceram o referido índice foram: a contratação de empresa para execução da obra de construção do Fórum Trabalhista de Ponta Grossa, no valor de R\$ 1.600.000,00, ocorrer em dezembro de 2011, por atraso da empresa contratada para a execução dos projetos; o envio de crédito suplementar para o pagamento de auxílio alimentação devido aos servidores e aos magistrados no dia 20/12/2011, conforme Ofício Circular CSJT.GP.SG.ASPO nº 16/2011, totalizando o valor de R\$ 770.864,77 inscritos em restos a pagar, e de recursos orçamentários para atender ao pagamento antecipado da 4ª parcela do passivo denominado PAE – Parcela Autônoma de Equivalência, no valor de R\$ 601.200,00, apenas no dia 23/12/2011, conforme Ofício Circular CSJT.GP.SG nº 46/2011, e ainda, a inscrição em restos a pagar do montante de R\$ 2.924.441,11, referente ao saldo devido a título de URV (11,98%), autorizados pelo Of. Circular nº 3/2011-CSJT.GP.SE.ASPO, e de outras verbas devido aos servidores ativos e inativos não processados na folha de dezembro/2011, cujo pagamento será realizado em 2012 por falta de tempo hábil para o processamento das folhas em 2011.

Convém destacar que a inscrição de valores em restos a pagar seguiu rigorosamente as disposições constantes da Lei nº 4.320/64, do Decreto nº 93.872/86 e demais normativos que regem a matéria.

2.4.7.2.3 Índice de Despesas Apropriadas sem Disponibilidade Financeira

Saldo credor da conta disponibilidade por fonte de recursos
----- X 100 = 0,00% NÃO HOUVE
Total da despesa de demonstração das variações patrimoniais.

Percentual que espelha se a Unidade possui recursos financeiros suficientes para fazer face à efetivação de despesas em geral.

No exercício de 2011, a exemplo do que se pode verificar nos exercícios anteriores, o Tribunal não comprometeu qualquer recurso orçamentário sem a existência prévia do correspondente respaldo financeiro.

2.4.7.2.4 Índice de Restos a Pagar Inscritos e não Pagos

Saldo de restos a pagar (passivo)
----- X 100 = 3,31%
Saldo de restos a pagar inscritos (ativo)

Indica o percentual de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e não pagos no exercício em análise. Os empenhos estimativos, cuja característica peculiar é a imprevisibilidade do montante exato das despesas foram os responsáveis pela existência deste índice.

O decréscimo significativo do índice do exercício passado em relação ao atual decorre do fato de em 2010 existirem recursos de encargos patronais inscritos, suplementados pelo TST em dezembro de 2009, e não utilizados em 2010, de valores de exercícios anteriores relativos a obras cujas empresas não efetivaram a prestação do serviço e tiveram seus contratos rescindidos e também a prorrogação da validade de restos a pagar não processados para abril de 2011, conforme Decreto nº 7.418 de 31/12/2010.

2.4.7.2.5 Índice de Despesas Diretas com Pessoal

$$\frac{\text{Aplicações diretas realizadas com pessoal}}{\text{Despesas correntes e de capital}} \times 100 = 85,13 \%$$

Este índice indica qual a participação das despesas com pessoal no montante das despesas executadas no exercício. Relevante destacar que este índice obedece a todas as restrições impostas pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A redução do percentual em relação ao exercício passado indica que o excedente de recursos orçamentários foi aplicado em despesas de capital, que implica na melhora da estrutura da Justiça do Trabalho no Estado do Paraná, seja através de obras ou de aquisições de novos equipamentos de informática.

2.4.7.2.6 Índice de Despesas Diretas com Imobilizações

$$\frac{\text{Aplicações diretas realizadas c/ invest. e inversões}}{\text{Despesas correntes e de capital}} \times 100 = 2,89\%$$

Indica o percentual de participação das despesas com investimentos e inversões financeiras sobre o total das despesas executadas no exercício. Essas despesas derivaram, principalmente, de aquisições de equipamentos de informática e de obras em andamento. Os demais dispêndios dizem respeito às aquisições e substituições de equipamentos de pequeno porte, geralmente de baixa materialidade.

O aumento do percentual em relação ao exercício anterior foi proveniente da ampliação dos gastos com a obra de construção do Fórum Trabalhista de Londrina, em fase final de conclusão, com entrega prevista para o primeiro semestre do exercício de 2012.

2.4.7.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, e este Regional em 31/12/2011 apresentava ativo e passivo na importância de R\$ 170.977.509,74.

2.4.7.4 Demonstrativo de Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações quantitativas e qualitativas verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Este Órgão apresentou em 31/12/2011 um total de R\$ 1.149.922.056,26 correspondente às variações ativas e passivas, resultando num superávit patrimonial no exercício de R\$ 40.435.348,37, ou seja, houve um aumento patrimonial.

2.4.7.5 Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Portanto em 31/12/2011 este Órgão apresentou um total de despesa autorizada no valor de R\$ 673.010.565,90 e de despesa executada R\$ 672.539.313,86, resultando em uma economia orçamentária de 471.252,04.

2.4.7.6 Demonstração das Disponibilidades

Este demonstrativo é um importante instrumento de acompanhamento gerencial, pois demonstra as disponibilidades financeiras, o comprometimento desses saldos em relação aos direitos a receber, às obrigações financeiras e às disponibilidades por fonte de recursos. A análise desta demonstração possibilita verificar o equilíbrio entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. Verifica-se pela análise da composição das disponibilidades financeiras, que este Tribunal possui recursos financeiros suficientes para fazer face às obrigações assumidas. Esta composição está melhor detalhada no item 2.4.6.7.1, deste relatório.

3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR

Quadro XIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	63.296,32	-	63.296,32	-
2009	222.777,75	752,04	222.025,71	-
2008	259.882,23	4.524,68	247.762,85	7.594,70
2007	377.868,60	277.655,36	100.213,24	-
2006	45.517,32	2.100,00	43.417,32	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	15.192.777,86	372.288,58	14.743.011,19	77.478,09
2009	11.119.796,12	3.132.506,02	7.971.673,53	15.616,57

Observações: Os Restos a Pagar não Processados de 2009 foram pagos conforme autorizado pelos Decretos nº 7.418 de 31/12/2010 e nº 7.468 de 28/04/2011.

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

3.1 Análise Crítica

A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Sendo assim, os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que em seu artigo 42 veda ao titular de Poder ou Órgão contrair obrigações a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa. Foram observados ainda o art. 36 da Lei n.º 4.320/64; o art. 76 *caput*, do Decreto-Lei n.º 200/67; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto n.º 93.872/86 e as macrofunções 02.03.17 e 02.03.18 do Manual Siafi.

A capacidade deste Órgão em manter o equilíbrio de suas contas, contraindo apenas obrigações amparadas pela disponibilidade de caixa, está demonstrada no Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, publicado no DOU nº 21 de 30/01/2012, mais especificamente nos Demonstrativos dos Restos a Pagar e de Disponibilidade de Caixa, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 55, inciso III.

No Demonstrativo dos Restos a Pagar, constata-se que a inscrição dos restos a pagar não processados, ou seja, aqueles empenhados e não liquidados, totaliza o valor de R\$ 20.037.216,44, subdividido em R\$ 80.434,28 para a inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores e R\$ 19.956.782,16 para o exercício, correspondendo ao valor da disponibilidade de caixa líquida. Já os restos a pagar processados, aqueles liquidados e não pagos, totalizam R\$ 149.977,39, sendo R\$ 20.255,08 os restos a pagar processados de exercícios anteriores e R\$ 129.722,31 os do exercício, e corresponde às obrigações financeiras comprometidas com a disponibilidade bruta de caixa, conforme Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa.

A reinscrição dos restos a pagar não processados de 2009, bem como sua manutenção e respectivos pagamentos, está amparada pelo Decreto 7.418 de 31/12/2010, que prorrogou a validade dos empenhos inscritos em restos a pagar até o dia 30/04/2011, e pelo Decreto 7.468 de 28/04/2011, que manteve a validade deles após 30/04/2011.

4 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XIV - Força de Trabalho – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2462	2555	156	174
1.1. Membros de poder e agentes políticos	203	196	3	4
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2259	2359	153	170
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2259	2218	118	147
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	9	2	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	132	33	19
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	2462	2555	156	174

Observação: No item 1.2.4 foram inseridos também os removidos de outros órgãos e esferas

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

Quadro XV - Situações que Reduzem a Força de Trabalho – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	32
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	26
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	28
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	17
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	3
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	6
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	2
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	65

Observação: Item 1.3 – Art. 22 da Lei 8270/91, que alterou o art. 93, inciso II, da lei 8112/90

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

Quadro XVI - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	303	303	126	121
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	303	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	287	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	05	-	-
1.2.4. Sem vínculo	Não há	11	-	-
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	-	-
2. Funções gratificadas	1373	1349	2228	2222
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1269		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	80	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	1676	1652	2354	2343

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

Quadro XVII - Quantidade de Servidores por Faixa Etária - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	418	749	849	352	46
1.1. Membros de poder e agentes políticos	06	64	81	39	6
1.2. Servidores de Carreira	412	685	768	313	40
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	312	526	595	196	23
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	84	174	27	4
2.3. Funções gratificadas	298	442	421	169	19
3. Totais (1+2)	730	1275	1444	548	69

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

Quadro XVIII - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	1	31	284	842	1180	71	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	126	46	19	5
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	31	284	716	1134	52	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	13	187	543	868	41	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	89	190	20	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	13	183	454	678	21	-
3. Totais (1+2)	0	0	1	44	471	1385	2048	112	5

LEGENDA
Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro XIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	258	40
1.1 Voluntária	207	38
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	49	2
1.4 Outras	1	-
2. Proporcional	172	1
2.1 Voluntária	156	1
2.2 Compulsória	0	-
2.3 Invalidez Permanente	16	-
2.4 Outras	0	-
3. Totais (1+2)	430	41

Observação: No Relatório de Gestão de 2010, neste mesmo quadro, não foram considerados os magistrados, apenas os servidores.

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

Quadro XX - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	66	4
1.1. Integral	53	4
1.2. Proporcional	13	-
2. Em Atividade	26	-
3. Total (1+2)	92	4

Observação: No Relatório de Gestão de 2010, neste mesmo quadro, não foram considerados os magistrados, apenas os servidores.

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

4.3 Composição do quadro de estagiários

Quadro XXI - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	219	233	273	266	1.907.188,16
1.1 Área Fim	190	200	225	218	1.654.383,00
1.2 Área Meio	29	33	48	48	252.804,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	219	233	273	266	1.907.188,16

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

4.4 Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro XXII - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	53.341.851,25	920.257,51	4.496.058,82	2.986.905,35	1.616.141,68	2.406.291,05	0,00	11.341.220,32	0,00	77.108.725,98
	2010	53.591.175,09	940.176,21	4.570.064,77	3.016.007,66	1.600.361,91	1.517.997,65	67.716,91	11.468.244,85	0,00	76.771.745,05
	2009	47.362.328,05	789.399,03	4.129.650,53	2.609.664,81	1.205.944,27	1.161.585,07	0,00	3.130.096,01	0,00	60.388.667,77
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	198.421.377,39	50.753.609,45	21.459.055,30	17.247.771,26	3.571.610,16	24.030.426,44	140.966,54	12.979.217,92	0,00	328.604.034,46
	2010	197.881.880,59	49.890.864,86	20.968.695,57	16.263.774,91	3.051.341,36	22.208.308,18	350.727,29	13.163.662,23	0,00	323.779.254,99
	2009	187.015.019,68	41.540.127,80	19.793.665,60	14.829.901,86	2.861.651,75	20.380.126,77	569.680,39	918.195,84	0,00	287.908.369,69
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	12.918.502,11	19.775,38	1.205.308,22	1.140.026,42	7,53	1.425.923,30	2.476,81	32.438,00	0,00	16.744.457,77
	2010	5.482.375,96	0,00	980.005,48	345.453,68	0,00	447.679,76	0,00	200.799,68	0,00	7.456.314,56
	2009	4.003.230,49	26.789,59	356.122,51	227.403,54	600,00	229.781,93	0,00	32.438,00	0,00	4.876.366,06
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	0,00	1.142.100,23	95.606,52	25.587,02	34.207,84	104.071,94	24.631,53	5.963,44	0,00	1.432.168,52
	2010	0,00	960.378,51	80.907,59	16.036,72	14.355,16	78.797,16	37.629,83	618.540,99	0,00	1.806.645,96
	2009	0,00	868.081,21	73.506,16	12.972,84	3.737,60	76.716,46	93.845,45	5.963,44	0,00	1.134.823,16
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	0,00	2.138.055,13	188.342,08	50.841,08	354.980,00	389.521,93	23.272,77	99.622,71	0,00	3.244.635,70
	2010	0,00	1.767.210,04	146.994,34	43.907,56	279.118,50	294.106,49	0,00	83.903,17	0,00	2.615.240,10
	2009	0,00	1.066.577,54	91.135,44	33.435,35	162.099,42	237.258,49	0,00	21,99	0,00	1.590.528,23

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serpag

4.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada
Quadro XXIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO													
UG/Gestão: 080012				CNPJ: 03.141.166/0001-16									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	56/2006	79.318.911/0001-11 - ALERTA SER. DE VIGILÂNCIA LTDA	17/10/2006	16/10/2011		X					E
2007	V	O	31/2007	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	15/06/2007	14/06/2012		X					P
2007	V	O	33/2007	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	21/06/2007	19/01/2012		X					E
2007	L	O	50/2007	06.156.739/0001-73 - EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA.	20/11/2007	19/11/2012	X						P
2008	V	O	44/2008	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	06/06/2008	19/01/2012		X					E
2009	V	O	114/2009	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	17/12/2009	16/12/2011		X					E
2009	L	O	32/2009	06.156.739/0001-73 - EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA.	06/03/2009	19/11/2012	X						P
2009	L	O	33/2009	06.156.739/0001-73 - EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA.	06/03/2009	19/11/2012	X						P
2010	V	O	19/2010	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	12/03/2010	31/01/2011		X					E
2010	V	O	66/2010	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	11/12/2009	31/01/2011		X					E
2011	L	O	28/2011	03.116.865/0001-06 - ATRATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA.	01/06/2011	01/05/2012	X						A
2011	V	O	86/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	21/09/2011	30/08/2012		X					A
2011	V	O	112/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	17/12/2011	16/12/2012		X					A
2011	V	O	18/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	01/02/2011	31/05/2012		X					A
2011	V	O	88/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	17/10/2011	31/01/2013		X					P
2011	V	O	55/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	06/06/2011	31/01/2013		X					P
2011	V	O	56/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	06/06/2011	31/01/2013		X					P
2011	V	O	64/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	17/10/2011	31/01/2013		X					P
2011	V	O	112/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	17/12/2011	16/12/2012		X					A
2011	V	O	78/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	31/08/2011	30/08/2012		X					A

2011	V	O	86/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	21/09/2011* 01/10/2011** 17/10/2011***	30/08/2012		X						A
2011	V	O	78/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	31/08/2011	30/08/2012		X						A
2011	V	O	16/2011	06.184.802/0001-85 - SEGLINE SEG. E VIGILÂNCIA LTDA	01/02/2011	05/06/2011		X						E
2011	V	E	57/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	22/06/2011	20/09/2011		X						E
2011	V	E	58/2011	02.601.159/0001-97 - FORCE VIGILÂNCIA LTDA.	06/06/2011	30/09/2011		X						E

Observações:

* 21/09/11 - 1 (um) posto de vigilância armada de 08 horas e 1 (um) posto de vigilância armada de 24 horas ambos em Maringá;

** 01/10/11 - 1 (um) posto de vigilância armada de 08 horas em Umuarama;

*** 17/10/11 - 1 (um) posto de vigilância armada de 24 horas em Maringá.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Secretaria Administrativa/SGT

Quadro XXIV - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO														
UG/Gestão: 080012				CNPJ: 03.141.166/0001-16										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	P	O	85/2009	11.017.341/0001-96 - ONDREPSB LIMP. E SERV. ESPECIAIS LTDA	17/10/2009	31/01/2011		X						E
2009	T	O	55/2009	82.411.885/0001-86 - INNOVA MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA LTDA.	30/06/2009	31/08/2011				X				E
2009	C	O	115/2009	03.116.865/0001-06 – ATRATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA	07/07/2009	31/01/2011		X						E
2009	P	O	38/2009	11.017.341/0001-96 - ONDREPSB LIMP. E SERV. ESPECIAIS LTDA	23/03/2010	22/06/2011		X						E
2009	R*	O	35/2009	11.017.341/0001-96 - ONDREPSB LIMP. E SERV. ESPECIAIS LTDA	06/03/2010	05/06/2011				X				E
2009	R	O	64/2009	11.017.341/0001-96 - ONDREPSB LIMP. E SERV. ESPECIAIS LTDA	10/08/2009	31/08/2011				X				E
2010	S	O	50/2010	09.232.169/0001-41 - SINTONIA GESTÃO DE PESSOAS E SER. TEM. LTDA	12/08/2010	05/04/2012				X				P
	C	O	04/2011	03.116.865/0001-06 - ATRATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA	01/02/2011	31/01/2012		X						E



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO

	C	O	03/2011 e 26/2011	03.116.865/0001-06 - ATRATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA	01/02/2011	31/01/2012		X					E
2011	M	O	81/2011	79.283.065/0001-41 - ORBENK ADM. E SERVICOS LTDA	27/09/2011	26/09/2012		X					A
2011	T	O	74/2011	01.048.117/0001-08 - I. F. PIRES LOPES SER. ESP. ME	01/09/2011	31/08/2012				X			A

* O contrato 35/09 se refere aos serviços de recepcionista, porteiro, garagista e encarregada.

LEGENDA

Área:

Conservação e Limpeza
 Segurança
 Vigilância
 Transportes
 Informática
 Copeiragem
 Recepção
 Reprografia
 Telecomunicações
 Manutenção de bens móveis
 Manutenção de bens imóveis
 Brigadistas
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
 Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Secretaria Administrativa/SGT

4.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Este Regional efetua levantamento estatístico relativo ao absenteísmo, acidente de trabalho e doenças ocupacionais. Contudo, não é aplicado qualquer indicador gerencial, à exceção do absenteísmo.

Quanto ao absenteísmo a proposta é mantê-lo abaixo de 2% até dezembro de 2015. O quadro a seguir demonstra os percentuais obtidos:

1º Semestre de 2010	1,039%
2º Semestre de 2010	1,11%
1º Semestre de 2011	1,04%
2º Semestre de 2011	1,10%

A fórmula de cálculo é o número de dias de afastamento (DA) dividido pelo total de servidores e magistrados ativos (TSMA), dividido por 365 dias, com o resultado multiplicado por 100.

$$MDA = (DA/TSMA/365) \times 100$$

Quanto aos acidentes de trabalho foram registrados 8 (oito) casos em 2011 e não foi notificado nenhuma caso de doença ocupacional.

Com relação à rotatividade (*turnover*), disciplina e aposentadoria *versus* reposição do quadro, esta Corte não possui dados estatísticos.

Quanto à educação continuada, a Escola Judicial desta UJ desenvolve suas atribuições e competências com vistas ao aprimoramento qualitativo e ampliação quantitativa das ações voltadas à formação e o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados e capacitação de servidores, sempre tendo por ênfase a implementação a níveis elevados a eficiência na prestação jurisdicional e suas atividades de apoio.

A cada exercício é apresentado à administração o Plano Anual de Atividades o qual tem contemplado múltiplas iniciativas, tais como:

- i.* Elaborar e executar o programa de formação inicial e de educação continuada, visando à capacitação de servidores vinculados às áreas administrativa e judiciária;
- ii.* Promoção de estudos e difusão de conhecimento sobre gestão do Judiciário, com fim de racionalizar, simplificar e padronizar os procedimentos judiciais e administrativos;
- iii.* Colaboração com a Comissão de Vitaliciedade, na oferta de cursos de formação inicial, apoio aos Juízes orientadores, acompanhamento das atividades formativas e avaliação dos Juízes Substitutos.

Com substrato nas pesquisas de interesse de capacitação, bem como as necessidades e oportunidades levantadas pelo Conselho Administrativo da Escola Judicial, foram desenvolvidas atividades dotadas de diversidade para a formação continuada de magistrados e capacitação de servidores.

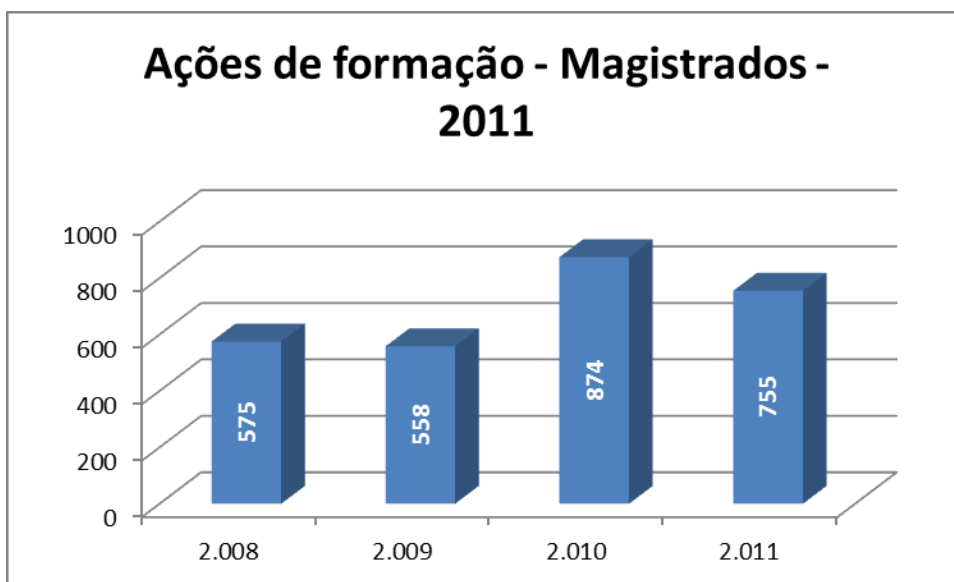
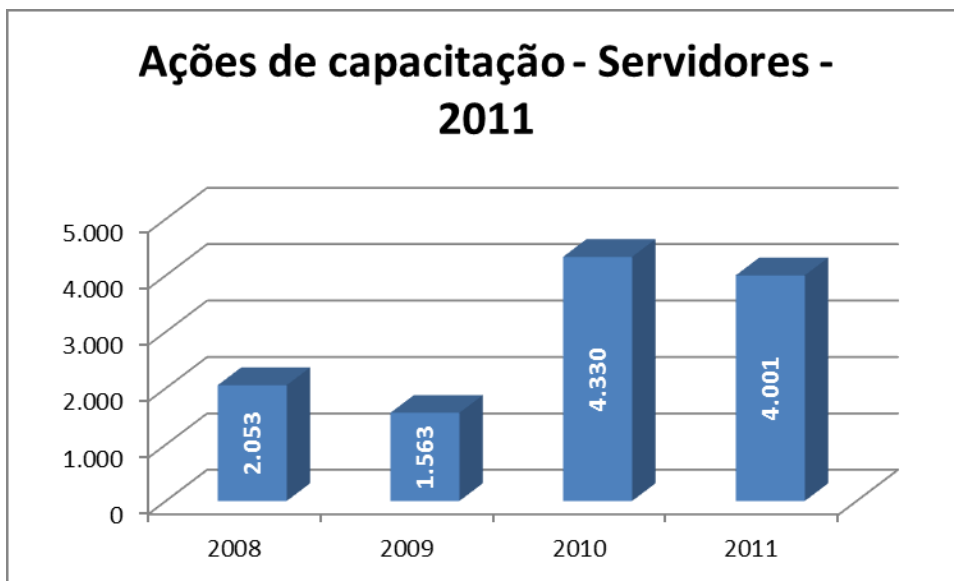
Os quadros que seguem declinam o quantitativo de ações de formação e de capacitação no ano de 2011:

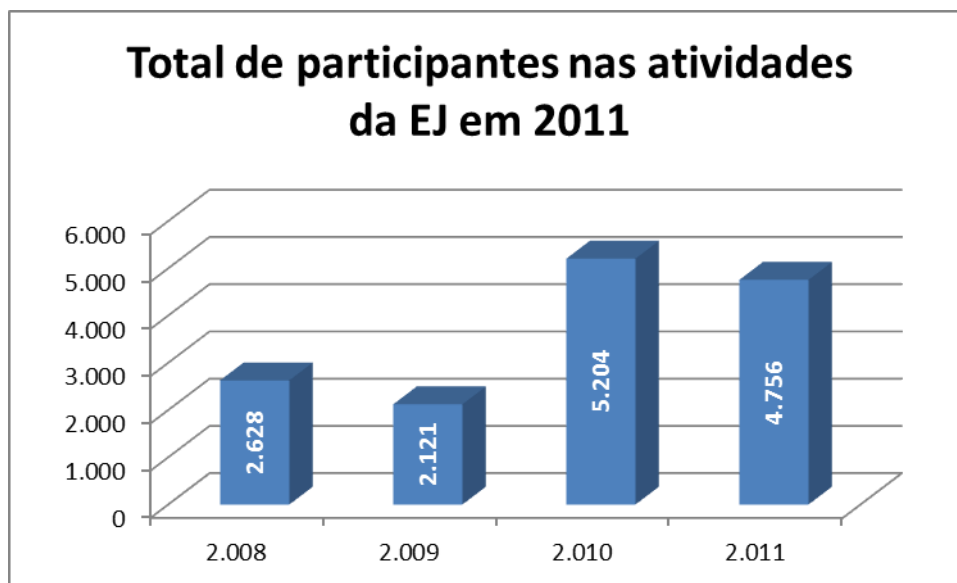
	2008	2009	2010	2011
Atividades	124	116	166	176

	2008	2009	2010	2011
Servidores	2053	1563	4330	4001
Magistrados	575	558	874	755
Total	2628	2121	5204	4756

Registra-se que o quantitativo de servidores e magistrados que participaram das ações de formação e de capacitação no ano de 2011 reduziu se comparado com o quantitativo de 2010. Em contrapartida, houve um aumento das atividades ofertadas. Isso se deve ao fato de a modalidade de Educação a Distância ter sido utilizada mais intensamente no ano de 2010.

Por fim, o Gráfico comparativo entre o ano de 2011 e biênio anterior, demonstra o ganho nas ações de capacitação e formação continuada:





5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região não tem a prática de firmar convênios, acordos e instrumentos congêneres com a previsão de repasse de recursos para a sua execução.

5.1 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No exercício de 2011 o TRT da 9ª Região manteve acordos de cooperação técnica com Instituições Financeiras Públicas Federais. O objetivo destes acordos é a modernização e a melhoria da prestação jurisdicional aos usuários dos serviços judiciais trabalhistas, através de ações de treinamento de servidores, aluguel de imóveis para uso do Tribunal, reforma de imóveis, aquisição e manutenção de software, aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia, aquisição de móveis, utensílios, veículos diversos, máquinas, equipamentos, imóveis, construção de imóveis, e outros materiais permanentes.

Os recursos provenientes destes acordos de cooperação técnica, durante o exercício de 2011, não foram repassados ao TRT 9ª Região, pois os valores foram liberados diretamente pela instituição financeira aos fornecedores. As licitações para o fornecimento de bens e serviços foram realizadas pelo TRT 9ª Região, e coube à instituição financeira, mediante os documentos apresentados por este Tribunal, apenas realizar o pagamento dos fornecedores, as retenções e os recolhimentos dos impostos e contribuições de acordo com a legislação em vigor. Sendo assim, tanto os ingressos quanto os dispêndios decorrentes destes acordos foram extra-orçamentários.

Tanto os ingressos quanto as baixas decorrentes desses contratos foram contabilizadas no Siafi, através da conta 19971.08.04 – Termos/Acordos para Fornecimento de Bens sem Orçamento, a qual apresentou o seguinte saldo em 31/12/2011:

Órgão: Caixa Econômica Federal		
nº contrato	Conta Corrente Contábil	Valor Total
017/2010	00360305000104	R\$ 9.961.489,37
...		
Órgão: Banco do Brasil S/A		
nº contrato	Conta Corrente Contábil	Valor Total
016/2010	00000000000191	R\$ 3.599.981,24
...		
TOTAL		R\$ 13.561.470,61

Fonte: Siafi

Importante ressaltar que o procedimento acima descrito foi mantido apenas até dezembro de 2011, pois foram assinados termos aditivos aos Contratos 016/2010 e 017/2010, nos dias 27/01/2012 e 28/12/2011, respectivamente, ambos com vigência a partir de 01/01/2012, alterando o teor desses Termos de Cooperação Técnica. A partir de 2012, todas as receitas e despesas oriundas desses contratos se submeterão às normas orçamentárias de arrecadação da receita e execução das despesas, nos termos da Lei nº 4.320/64.

A alteração se deu em cumprimento às decisões dos processos de tomada de contas TC nº 018.708/2007-4, no qual o Tribunal de Contas da União proferiu acórdão que determinou a adoção de medidas para que as receitas provenientes de quaisquer convênios e outros ajustes sejam recolhidas à conta única do Tesouro Nacional e as despesas a ela vinculadas regularmente executadas, segundo a legislação orçamentária vigente, e TC nº 013.671/2010-3, no qual o referido Tribunal determinou a observância aos princípios da universalidade e publicidade das receitas e despesas públicas, bem como o da anualidade e transparência dos orçamentos públicos e a realização dos ajustes necessários para estimar e contabilizar as receitas oriundas de Acordos de Cooperação Técnica e Financeira.

6 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS**SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS****DECLARAÇÃO**

Eu, HILMA MARIA WIELEWSKI⁶, CPF nº 609.598.601-00, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênio e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 30 de novembro de 2011.

HILMA MARIA WIELEWSKI
Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos

⁶ Hilma Maria Wielewski permaneceu na direção da Secretaria de Licitações e Contratos até 30/11/2011, a partir desta data assumiu Patrícia Aimée Bruel Antonio (CPF 702.546.059-15)

7 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993
Quadro XXV - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	8	7	197
	Entregaram a DBR	8	7	197
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	109	306	1655
	Entregaram a DBR	109	306	1655
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Secretaria de Pessoal/Serdaf

7.1 Análise Crítica

Em relação ao cumprimento da Lei 8.730/99 e IN TCU nº 05/94, que determinam a obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Rendas por servidores e magistrados, temos a informar que neste Regional foi estabelecido o prazo de 15/5/2011 para o recebimento eletrônico dos respectivos documentos referentes ao exercício 2011/ano-base 2010. Posteriormente ao prazo determinado internamente, eventuais pendências foram saneadas, dando-se por satisfeita a exigência legal.

8 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ
Quadro XXVI - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><u>Considerações gerais:</u> A resposta aos quesitos de avaliação do quadro acima deu-se em decorrência da reunião entre os representantes das seguintes áreas administrativas estratégicas da UJ: ADG, SGP, SECOF, ODESP, SEPEGE. Quanto à alteração e/ou reclassificação das avaliações em comparação àqueles quesitos do exercício anterior cabe as seguintes considerações:</p> <p>Houve consenso entre as áreas administrativas acima citadas no sentido de reclassificar as respostas aos itens 12 a 16, 19, 24 a 27 e 28 a 30 em decorrência de reanálise e melhor entendimento acerca das expectativas e repercussões dos respectivos quesitos cumulativamente à intenção de empreender esforços e investir na implantação dentro da UJ de um sistema de avaliação de risco, disseminação da informação e comunicação entre todos os agentes envolvidos bem como no monitoramento destas. Nos demais quesitos, não obstante a manutenção dos níveis de avaliação comparados ao exercício anterior, cabe ressaltar que a unidade de controle interno, motivada pela efetiva necessidade de adequação da UJ ao que constantemente indica e estabelece o TCU, propôs perante a administração a implantação de um sistema de controle interno abrangente em todos os aspectos elencados no quadro acima, através da Proposição SCI nº 003/2011 (ainda pendente de decisão pela administração superior), a fim de que se possa alcançar mais proximamente os padrões de excelência exigidos pela atividade à luz dos preceitos constitucionais e legais bem como aos manuais e procedimentos internacionalmente reconhecidos pela entidades de fiscalizações superiores.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Quadro XXVII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? R: Papel reciclado					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? R: Veículos bicombustíveis – PC 13/2011					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? R: No exercício de 2010 foi veiculada, em consonância com a meta 6 do CNJ a campanha “Pare e Pense”. O escopo da campanha foram duas paradas obrigatórias de 15 minutos, em que magistrados e servidores, em suas respectivas unidades de lotação, foram incentivados a refletirem acerca de do consumo de água, energia, papel, telefonia e combustível em suas unidades de lotação, dando sugestões para otimizar e racionalizar esse consumo. O resultado obtido no TRT9 foi a redução de 6,27% no consumo, superando, portanto, a meta de 2%					X

estabelecida pelo CNJ.					
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>R: a) III Encontro de Multiplicadores da Comissão de Responsabilidade Socioambiental realizado em comemoração à Semana do Meio Ambiente, nos dias 09 e 10 de junho de 2011, com o tema “Sustentabilidade e a Prática no TRT9”. O evento foi composto por palestras, painéis e debates, com carga horária de 13 horas, objetivando promover a capacitação continuada dos servidores, bem como proporcionar a troca de experiências entre os participantes, buscando motivá-los para a divulgação e ampliação de atividades de responsabilidade socioambiental do TRT 9ª Região em suas unidades. O evento foi realizado no Auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (PRT 09), tendo comparecido 127 pessoas, entre magistrados, servidores e prestadores de serviço terceirizado. O evento também foi acompanhado por público não contabilizado proveniente do Instituto Lixo e Cidadania (ILIX) e de servidores da Procuradoria.</p> <p>b) Apresentação do documentário “Lixo Extraordinário” no dia 03 de junho, também em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. A abertura do evento contou com o pronunciamento da Procuradora do Trabalho, Margarete Matos de Carvalho, ressaltando a importância da separação de resíduos recicláveis e do Programa da Coleta Seletiva.</p> <p>c) Primeira etapa da Campanha “Eu Faço a Diferença”, desenvolvida através da confecção e veiculação de material informativo (Anexo II). Também foram enviados avisos com o título “Momento Pare e Pense” através do sistema de mensagens on-line (<i>Exodus</i>) sobre o correto consumo dos recursos naturais.</p>					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p>As respostas aos quesitos foram obtidas de consulta concomitante à SLC - Secretaria de Licitações e Contratos e à CRS- Comissão de Responsabilidade Socioambiental da UJ.</p> <p>Quanto à alteração e/ou reclassificação das avaliações em comparação àqueles quesitos do exercício anterior cabe as seguintes considerações:</p> <p>Foram reclassificadas as respostas aos itens 2, 5, 7, 10 e 11 em decorrência de reanálise e melhor entendimento acerca das expectativas e repercussões dos respectivos quesitos cumulativamente à intenção de investir na implantação de tais critérios dentro da UJ representada pela iniciativa da Comissão de Responsabilidade Socioambiental de apresentar à administração a proposta de projeto intitulado “Contratações Públicas Sustentáveis” (Parecer-PDP CPROJ Nº 019/2011), que atualmente encontra-se em análise de adequação ao Planejamento Estratégico desta instituição.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Referenciais utilizados:

- Instrução Normativa nº 1/2010, da SLTI/MPOG (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras);
- Portaria nº 2/2010, da SLTI/MPOG (especificações-padrão de bens de Tecnologia da Informação) e
- Decreto nº 5.940/2006 (institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis).

10 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
Quadro XXVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	43	43
	Apucarana	1	1
	Arapongas	1	1
	Araucária	1	1
	Assis Chateaubriand	1	1
	Bandeirantes	1	1
	Cambé	1	1
	Campo Mourão	1	1
	Cascavel	1	1
	Castro	1	1
	Cianorte	1	1
	Colombo	1	1
	Cornélio Procópio	1	1
	Curitiba	3	3
	Foz do Iguaçu	1	1
	Francisco Beltrão	1	1
	Guarapuava	1	1
	Irati	1	1
	Ivaiporã	1	1
	Jacarezinho	1	1
	Jaguariaíva	1	1
	Laranjeiras do Sul	1	1
	Londrina	2	2
	Marechal Cândido Rondon	1	1
	Maringá	2	2
	Nova Esperança	1	1
	Paranaguá	1	1
	Paranavai	1	1
	Pato Branco	2	2
	Pinhais	1	1
	Ponta Grossa	2	2
	Rolândia	1	1
Santo Antônio da Platina	1	1	
Telêmaco Borba	1	1	
Toledo	1	1	
Umuarama	1	1	
União da Vitória	1	1	
Wenceslau Braz	1	1	
Subtotal Brasil		43	43
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		43	43

Observação: No Relatório de Gestão 2010 constou na coluna exercício 2010 o total de 38 imóveis, pois não foram incluídos os 5 imóveis que estão em fase de regularização (1 imóvel localizado em Araucária, 1 em Paranaguá, 2 em Ponta Grossa e 1 em Pato Branco)

Fonte: Secretaria Administrativa

Quadro XXIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	20	20
	Bandeirantes ¹	01	01
	Campo Largo ²	01	01
	Castro ³	01	01
	Curitiba	01	01
	Dois Vizinhos ⁴	01	01
	Foz do Iguaçu	02	02
	Goioerê ⁵	01	01
	Ibaiti ⁶	01	01
	Loanda ⁷	01	01
	Medianeira ⁸	01	01
	Palmas ⁹	01	01
	Palotina ¹⁰	01	01
	Pitanga ¹¹	01	01
	Porecatu ¹²	01	01
	Rio Negro	01	01
	São José dos Pinhais	01	01
São Mateus do Sul ¹³	01	01	
Telêmaco Borba ¹⁴	01	01	
Umuarama	01	01	
Subtotal Brasil		20	20
EXTERIOR	PAÍS 1		-
	Cidade 1		-
	Cidade 2		-
	PAÍS "n"		-
	Cidade 1		-
	Cidade 2		-
Subtotal Exterior			-
Total (Brasil + Exterior)		20	20

Notas:

¹ Comodato com o Banco do Brasil nº 51/2011.

² Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 20/2011.

³ Imóvel cedido pela Prefeitura do Município (instalação provisória da VT para reforma) – Convênio nº 15/2010 – Início em 15/9/2010 e fim em 25/8/2011.

⁴ Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Concessão de Direito Real de Uso nº 1/2010.

⁵ Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 17/2009.

⁶ Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 11/2008.

⁷ Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 2/2009.

⁸ Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 16/2009.

⁹ Comodato com o Banco do Brasil nº 49/2011.

¹⁰ Imóvel cedido pela Prefeitura – Termo de Autorização de Uso nº 1/2008.

¹¹ Imóvel cedido pela Prefeitura – Convênio nº 94/2008.

¹² Comodato com o Banco do Brasil nº 50/2011.

¹³ Imóvel cedido pela Prefeitura – Convênio nº 6/2008.

¹⁴ Contrato de Locação nº 71/2010 para instalação provisória da VT durante reforma – 16/11/2010 a 9/11/2011.

Fonte: Secretaria Administrativa

Quadro XXX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel/Instalações
080012	742500030.500-5 Apucarana	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	723.474,36	29/02/2012	1.361.863,67	2.470,00
080012	742700008.500-1 Arapongas	Entrega – Adm. Federal Direta	Muito Bom	308.167,88	21/10/2011	764.661,29	2.659,00
080012	743500012.500-4 Araucária	Em regularização – Entrega	Bom	2.240.752,05	28/02/2012	2.240.752,05	23.480,14
080012	795300006.500-1 Assis Chateaubriand	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	271.275,97	29/02/2012	640.902,34	1.543,70
080012	744500010.500-0 Terreno Bandeirantes	Entrega – Adm. Federal Direta	-	6.402,49	29/11/2007	6.402,49	0,00
080012	747100007.500-3 Cambé	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	431.513,30	29/02/2012	922.895,89	162.600,52
080012	748300024.500-0 Campo Mourão	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	366.214,45	29/02/2012	930.378,94	16.076,78
080012	749300075.500-5 Setorial Cascavel	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	1.334.145,26	29/02/2012	1.318.259,07	675,00
080012	749300091.500-2 Fórum Cascavel	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	1.731.440,80	29/02/2012	3.781.762,61	204.897,14
080012	749500032.500-7 Castro	Entrega – Adm. Federal Direta	Muito Bom	355.936,49	29/02/2012	690.028,10	606.428,46
080012	750500016.500-0 Cianorte	Entrega – Adm. Federal Direta	Muito Bom	439.907,16	04/11/2010	474.822,53	10.400,53
080012	751300018.500-2 Colombo	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	216.954,42	25/08/2010	272.415,23	4.631,00
080012	752500019.500-1 Cornélio Procópio	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	288.215,72	29/02/2012	482.685,91	2.176,00
080012	753500363.500-0 Curitiba - 147	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	4.766.474,16	26/10/2011	9.688.664,19	768.037,86
080012	753500371.500-3 Curitiba - 400	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	4.363.342,27	22/06/2011	9.859.086,30	712.410,58

080012	753500373.500-4 Curitiba – Cajuru	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	2.522.745,36	29/02/2012	6.184.875,27	109.635,06
080012	756300855.500-0 Terreno Foz do Iguaçú	Entrega – Adm. Federal Direta	-	291.195,78	21/08/2008	291.195,78	0,00
080012	756500057.500-8 Terreno Francisco Beltrão	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	84.521,78	16/05/2007	84.521,78	3.552,18
080012	758300050.500-8 Guarapuava	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	491.950,73	29/02/2012	1.245.952,31	237.704,90
080012	760700029.500-4 Irati	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	353.876,25	29/02/2012	814.667,31	228,00
080012	762300010.500-2 Ivaiporã	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	398.947,77	29/02/2012	807.401,83	2.347,77
080012	762900030.500-0 Jacarezinho	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	220.251,16	12/05/2011	960.968,66	2.724,00
080012	763300005.500-2 Jaguariaíva	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	226.153,20	29/02/2012	522.281,33	50.846,17
080012	765900023.500-4 Laranjeiras do Sul	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	651.797,14	29/02/2012	952.622,09	2.148,06
080012	766700090.500-0 Fórum Londrina	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	1.767.604,61	29/02/2012	3.078.422,41	36.434,05
080012	766700113.500-4 Setorial Londrina	Entrega – Adm. Federal Direta	Novo	3.129.516,88	29/02/2012	8.942.251,97	8.459,05
080012	768300011.500-1 Mal. Cândido Rondon	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	383.856,86	29/03/2010	664.226,63	2.719,67
080012	769100053.500-1 Maringá	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	1.354.024,76	29/02/2012	2.296.733,22	0,00
080012	769100076.500-7 Maringá (Fórum atual)	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	3.186.599,88	13/05/2009	3.186.599,88	89.230,89
080012	772100007.500-6 Nova Esperança	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	487.647,72	29/02/2012	740.675,98	101.993,15
080012	Paranaguá (não cadastrado no Spiunet)	Em regularização – Entrega	Reparos Importantes	Não dispomos dos valores	-	Não dispomos dos valores	19.322,83
080012	774900023.500-3 Paranavaí	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	187.298,15	05/10/2011	542.149,00	157.743,76
080012	775100019.500-3 Pato Branco (compartilhada com MPT)	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	209.027,16	29/02/2012	507.108,58	0,00



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO

080012	775100026.500-1 Pato Branco	Entrega – Adm. Federal Direta	Novo	1.676.342,72	10/12/2010	1.676.342,72	1.850,00
080012	545300005.500-3 Pinhais	Em regularização – Entrega	Bom	961.926,59	29/02/2012	1.660.025,77	137.850,93
080012	777700076.500-8 Ponta Grossa (terreno)	Entrega – Adm. Federal Direta	-	44.816,27	09/05/2011	44.816,27	0,00
080012	777700082.500-0 Ponta Grossa	Em regularização – Entrega	Reparos Importantes	2.596.090,64	28/02/2012	2.596.090,64	2.283,00
080012	782500010.500-1 Rolândia	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	303.154,68	29/02/2012	837.976,54	112.738,17
080012	78590016.500-9 Sto. Antônio da Platina	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	646.380,71	16/11/2011	714.699,30	202.651,75
080012	791500011.500-6 Telêmaco Borba	Entrega – Adm. Federal Direta	Muito Bom	341.524,86	29/02/2012	765.913,67	598.364,61
080012	792700023.500-5 Toledo	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	534.362,44	29/02/2012	943.990,85	131.352,04
080012	793500038.500-8 Umuarama	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	648.493,82	29/02/2012	1.493.059,09	115.251,58
080012	79370020.500-6 União da Vitória	Entrega – Adm. Federal Direta	4	278.011,60	29/02/2012	490.974,47	318,78
080012	794300005.500-9 Wenceslau Braz	Entrega – Adm. Federal Direta	Reparos Importantes	258.859,69	29/02/2012	636.188,36	2.176,00
Total							4.648.413,11

10.1 Análise Crítica

Registra-se que as informações para elaboração do Relatório de Gestão 2011 foram prestadas pelos novos gestores da área de patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT9, que assumiram a gestão a partir de dezembro/2011, o que provocou certa dificuldade na coleta das informações, dado que não havia familiaridade com as questões.

Quanto aos lançamentos, inicialmente as atualizações tomaram por parâmetro os dados informados no exercício de 2011, ano-base 2010. No sistema de gerenciamento de imóveis de uso especial da União – SpiuNet, havia o cadastro de 38 imóveis, todos com a situação documental já regularizada perante a Secretaria de Patrimônio da União - SPU. Entretanto houve problemas nas atualizações já que, nas descrições dos Registros Imobiliários Patrimoniais – RIPs, não foram indicadas, pelos responsáveis anteriores, os "projetos-padrão" dos Custos Unitários Básicos – CUB/m² do Paraná. Também havia imóveis sem atualização de valores há mais de 5 anos. Desta forma, houve a necessidade de adequação individual de cada imóvel em relação ao projeto-padrão do CUB. Ainda assim nova dificuldade foi enfrentada já que não há correlação direta desses projetos-padrão às edificações em uso pelo TRT9, tome-se como exemplo imóveis com 2 pavimentos, metragem próxima a 400m², tiveram que ser classificados como R1 (residências unifamiliares de pavimento único) já que as próximas classificações indicam pelo menos 4 pavimentos. Portanto a atualização dos valores foi relativa, considerada como informação inconsistente, aproximando-se da realidade de mercado, à medida da possibilidade das normas disponíveis.

Em relação aos imóveis que não são de propriedade da União ou que estão em processo de regularização pela SPU, embora tenhamos providenciado o lançamento de todos no SpiuNet, constam da relação 21 imóveis, sendo 3 em processo de regularização e 18 que se tratam de imóveis de terceiros, em uso pelo TRT9 por meio de contratos de locação ou termos de cessão e comodato. Para estes (cessão ou comodato), apesar de existirem possibilidades de lançamento desses "regime" de utilização (cessão Administração Federal Indireta, cessão Prefeituras e estados e cessão Outros), a dificuldade encontrada foi a de, quando há lançamento sob quaisquer desses regimes, há a geração de Nota de Lançamento no Siafi (evento 54.1.728 – Registro de Imóveis de uso Especial da União), que afeta o valor do patrimônio imobiliário utilizado pelo TRT9, maculando a informação. Assim, quando é feito o lançamento no sistema de imóveis sob o regime de utilização de cessão/comodato de terceiros, sempre há a exigência de indicação de valor do imóvel, o que não seria o caso, já que se tratam de imóveis de terceiros. Isto provocou a necessidade de lançar os imóveis cedidos ou em comodato como locados, única opção que não gera alteração patrimonial. Destaca-se que em consulta à Secretaria de Patrimônio da União no Paraná, recebemos ofício informando da obrigatoriedade do lançamento, como imóvel em uso no serviço público, embora sem o detalhamento de como se lançar os valores no sistema. Nova inconsistência portanto aqui poderá ser verificada pois tais imóveis estão lançados em regime de utilização incorreto.

Pode-se afirmar que não há registro com 100% de fidelidade na informação, já que não há correlação direta entre os projetos-padrão do CUB, mesmo para os imóveis locados, e o sistema SpiuNet não permite lançar imóveis cedidos ou em comodato sem a geração de valor patrimonial mínimo. Mesmo os imóveis locados estão inconsistentes, pois apresentam a mesma dificuldade de parâmetros em relação ao CUB adequado.

Em relação à gestão de conservação e manutenção do imóvel, todos os imóveis, próprios, locados ou cedidos, encontram-se em estado de uso que variam de bom a excelente, cobertos por seguro contra incêndio e adequadamente mantidos.

Cabe ressaltar que as despesas com manutenção, não obstante as orientações constantes do Anexo à Portaria TCU 123/2011, no que tange ao “Quadro A.11.3 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ”, indicar a separação de despesas de

manutenção quanto ao imóvel e suas instalações, os valores informados pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura, foram apresentados no mesmo item pois segundo afirmação dos técnicos que compõem aquela Secretaria, não vislumbra-se diferenciação técnica nem operacional entre os dois conceitos e nos procedimentos adotados na execução dos serviços.

O quadro abaixo demonstra as despesas de manutenção com os imóveis em uso de Comodato, Cessão e Locação de Terceiros:

Localização Geográfica	Situação	Despesas com Manutenção do Imóvel
Bandeirantes	Comodato com o Banco do Brasil nº 51/2011	R\$ 7.318,92
Campo Largo	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 20/2011	R\$ 3.266,00
Castro	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município (instalação provisória da VT para reforma) – Convênio nº 15/2010 – Início em 15/9/2010 e fim em 25/8/2011.	R\$ 54.555,61
Curitiba	Locado de terceiros	R\$ 166.754,65
Dois Vizinhos	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Concessão de Direito Real de Uso nº 1/2010.	R\$ 2.501,37
Foz do Iguaçu	Locado de terceiros	R\$ 0,00
Foz do Iguaçu (fórum)	Locado de terceiros	R\$ 8.239,93
Goioerê	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 17/2009	R\$ 1.916,78
Ibaiti	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 11/2008	R\$ 59.132,01
Loanda	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 2/2009	R\$ 68.901,06
Medianeira	Imóvel cedido pela Prefeitura do Município – Convênio nº 16/2009	R\$ 1.850,00
Palmas	Comodato com o Banco do Brasil nº 49/2011	R\$ 2.179,67
Palotina	Imóvel cedido pela Prefeitura – Termo de Autorização de Uso nº 1/2008	R\$ 2.082,84
Pitanga	Imóvel cedido pela Prefeitura – Convênio nº 94/2008	R\$ 2.785,40
Porecatu	Comodato com o Banco do Brasil nº 50/2011	R\$ 43.138,82
Rio Negro	Locado de terceiros	R\$ 79.431,29
São Mateus do Sul	Imóvel cedido pela Prefeitura – Convênio nº 6/2008	R\$ 0,00
São José dos Pinhais	Locado de terceiros	R\$ 11.465,20
Telêmaco Borba	Contrato de Locação nº 71/2010 para instalação provisória da VT durante reforma – 16/11/2010 a 9/11/2011.	R\$ 29.341,13
Umuarama	Locado de terceiros	R\$ 0,00
Total		R\$ 544.860,68
<p>Observação: Os valores informados de manutenção de Rio Negro, Telemaco Borba e Castro referem-se, respectivamente, as adequações técnicas necessárias para instalação do Posto de Atendimento no imóvel e instalações provisórias das Varas de Telêmaco Borba e Castro (durante as reformas nas unidades).</p>		

Fonte: Secretaria de Engenharia e Arquitetura

11 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ
Quadro XXXI - Gestão de Tecnologia da Informação da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					<ul style="list-style-type: none"> • 73 cargos efetivos • 4 terceirizados • 16 estagiários
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					10%
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: O questionário foi preenchido pelas áreas de Infraestrutura, Suporte Técnico, Segurança da Informação e Administração de redes da Secretaria de Tecnologia da Informação e pelas áreas de Desenvolvimento de Sistemas da Secretaria de Desenvolvimento de Soluções de TI. As respostas foram consolidadas pelo Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação. Cabe ressaltar que a administração deste TRT tomou a iniciativa de apresentar o Projeto 009/2011, atualmente em tramitação, que visa adequar a área de TI às decisões e normativos do TCU, especialmente ao Acórdão TCU 381/2011 – Plenário, proferido em Relatório de Auditoria realizada no TRT da 4ª Região, cuja observância foi alvo de recomendação do Conselho Nacional de Justiça diretamente à esta UJ.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12 UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
Quadro XXXII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG	240.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Amir Lopes Martins	559.358.429-04	5.000,00	-	190,00	190,00
Carlos Alberto Esposito	355.933.939-15	18.000,00	3.131,37	9.873,66	13.005,03
Douglas Paz de Oliveira	006.605.769-88	9.400,00	994,00	3.148,16	4.142,16
José Luiz Cartolari	438.158.809-63	5.000,00	1.001,93	893,97	1.895,90
Luis Henrique Otoni	982.467.988-04	9.300,00	805,00	3.920,37	4.725,37
Luis M. Garces Figueira	022.308.089-66	7.200,00	260,00	2.404,25	2.664,25
Luiz Gregorio Martins	755.134.129-34	6.300,00	-	1.204,20	1.204,20
Robson Augusto Bialle	519.723.609-49	5.000,00	2.153,28	7.549,72	9.703,00
Rubens Maus	360.103.839-00	17.600,00	1.985,00	10.106,74	12.091,74
Sérgio Roberval Bezerra	357.426.589-15	5.000,00	-	494,00	494,00
Tales Souza Eggres	802.893.470-68	13.200,00	1.651,97	6.335,43	7.987,40
Valdecir da Costa Ferreira	468.158.309-00	12.800,00	1.765,00	6.086,69	7.851,69
Valdenir Scolari de Assis	308.904.979-15	5.000,00	-	130,00	130,00
Valdivino Ribeiro	394.240.659-49	5.000,00	-	70,00	70,00
Vitório Chiconato	516.113.769-04	5.000,00	299,88	596,00	895,88
Waldemir K. R. Coelho	210.560.052-20	5.000,00	-	84,00	84,00
Total utilizado pela UG			14.047,43	53.087,19	67.134,62

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

Quadro XXXIII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	81	14.047,43	428	53.087,19	67.134,62
2010	123	14.476,30	540	54.485,41	68.961,71
2009	150	14.701,67	822	64.726,25	79.427,92

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

13 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU
Quadro XXXIV - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região/Paraná					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 027.085/2010-4 SIGILOSO	AC 3.183/2010	-	DE	75/2010-TCU-Sefip, de 16/12/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-

Descrição da Deliberação:	
Manifestação acerca da incompatibilidade entre as variações patrimoniais e os rendimentos dos magistrados relacionados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Direção Geral	-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi expedido o Ofício SCI/Gabinete – nº 03/2011 informando pedido de notificação das autoridades relacionadas pelas áreas competentes.	
Síntese dos resultados obtidos	
Sem informação	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Acórdão 2.193/2010-4 torna insubsistente o Acórdão 3.183/2010-Plenário - SIGILOSO	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 024.698/2020-5	AC 349/2011	9.2 a 9.4	DE	27.224-TCU/Sefip, de 08/2/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
9.2. Considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Antônio José Carraro e negar o respectivo registro;					
9.3. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região que, no prazo de 15 dias;					
9.3.1 dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-o que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso;					
9.3.2 suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, submetendo-o à apreciação deste Tribunal (art. 262, caput e § 2º do RI/TCU);					
9.4. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU nº 106					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Pessoal					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Proporcionalização da VPI					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi expedido o Ofício SCI n.º 006/2011, de Curitiba, 15 de março de 2011, informando o desinteresse na interposição de recurso e extravio do Aviso de Recebimento.					
Foi expedido o Ofício SCI n.º 008/2011, de Curitiba, 18 de abril de 2011, informando a disponibilização de novo ato no Sisac.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 024.700/2010-0	AC 1. 776/2011	9.2 a 9.4	DE	28.368-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-

Descrição da Deliberação:	
9.2 considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria relativo a Ivete Verônica Kopytowski , recusando-lhe o registro;	
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região no Estado do Paraná que, no prazo de 15 dias:	
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos da notificação, em caso de não provimento do recurso;	
9.3.2 suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, submetendo-o à apreciação deste Tribunal;	
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula nº 106 deste Tribunal, pela ex-servidora citada no item 9.2	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Pessoal	-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi expedido o Ofício SCI nº 009/2011 (documento com envio físico e eletrônico), informando disponibilização de ato no Sisac, preenchido de acordo com a emenda constitucional 41/03.	
Síntese dos resultados obtidos	
Diligência cumprida	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A diligência foi respondida sem a manifestação da interessada por se tratar de mero procedimento administrativo de correção do formulário de concessão de aposentadoria, não havendo matéria de direito a ser apreciada.	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 024.699/2010-1	AC 1.775/2011	9.2 a 9.4	DE	28.382/11-TCU-Sefip, de 28/3/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria relativos a Gerson Luiz Ramos e Idimar de Paula .					
9.3.1. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não provimento do recurso;					
9.3.2. suspenda todo e qualquer pagamento referente aos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, submetendo-os à apreciação deste Tribunal;					
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula nº 106 deste Tribunal, pelos ex-servidores citados no item 9.2.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Pessoal					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi expedido o Ofício SCI nº 10, de 12/5/11, informando a interposição de Recurso de reconsideração por Gerson Luiz Ramos.					
No caso do inativo Idimar de Paula não houve necessidade de interposição de recurso, visto que a irregularidade do ato de concessão é apenas relativa ao preenchimento do formulário. Sendo assim, dispensou-se a ciência do acórdão que considerou ilegal a respectiva aposentadoria, emitindo ao SISAC ato saneado.					
Foi expedido o Ofício SCI nº 13/11/11 reiterando o cumprimento da diligência					
Síntese dos resultados obtidos					
Para a concessão de Gerson Luís Ramos, que recebeu recurso de reconsideração, a medida produz efeito suspensivo, cabendo a este TRT aguardar o julgamento; Relativamente ao servidor Idimar de Paula, dá-se por cumprida a diligência, cabendo a este TRT aguardar nova apreciação do ato.					
Foi interposto Recurso de Reconsideração					

Atos de aposentadoria de Gérson Luiz Ramos considerado legal em 06/09/2011, por meio do Acórdão 7.898/2011- 1ª Câmara
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 024.702/2010-2	AC 2.088/2011		DE	28.606/2011-TCU/Sefip, de 11/4/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de Maria Leonice Poneis e Marizete Ribeiro Pires e negar-lhes registro;					
9.3.1. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não-provimento do recurso;					
9.3.2. suspenda todo e qualquer pagamento referente aos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, submetendo-os à apreciação deste Tribunal;					
9.4. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU nº 106.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Pessoal e Assessoria Jurídica					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi expedido o Ofício SCI nº 11/11, de 12/5/11, informando a disponibilização de novo ato devidamente saneado de Maria Leonice Pôneis e Interposição de Recurso de reconsideração por Marizete Ribeiro Pires.					
Foi expedido o Ofício SCI nº 15/11, de 15/6/11, enviando o Aviso de Recebimento referente à ciência de Marizete Ribeiro Pires.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência cumprida. Aguardando decisão do recurso de reconsideração.					
A concessão de aposentadoria de Marizete Ribeiro Pires foi considerada legal, em 06/09/11, por meio do Acórdão 7873/2011- 1ª Câmara					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	021.566/2006-0	-	-	DE	234-TCU/Sefip, de 13/7/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
Providencie, nos termos do art. 3º da IN/TCU nº 55, de 2007, para cada servidor da relação abaixo, o lançamento do respectivo desligamento no sistema Sisac, na hipótese de o servidor já ter se desligado desse órgão/entidade, que tais servidores ainda pertencem de fato aos quadros desse órgão/entidade. Fabiano Mignoni de Melo, Joaquim Monteiro Botelho e Michelle Niehues Favaro					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Pessoal – Serdaf					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi expedido o Ofício SCI nº 25/11, de 1º/8/11, informando que para Fabiano Mignoni de Melo não houve desligamento em razão de redistribuição para o TRT RJ. Para os dois outros casos, os atos de desligamento já haviam sido devidamente enviados ao Sisac.					

Síntese dos resultados obtidos
Diligência cumprida
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Sem informação

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	-	-	-	Requisição	347/2011, de 18/8/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
Solicita envio a Sefip da Metodologia de cálculo utilizada para apurar os proventos de que trata o § 3º do art. 40 da CF/88, com a redação dada pela EC 41/03, especificando: a) quais parcelas remuneratórias fazem parte do cálculo da média aritmética; b) se os valores percebidos a título de auxílio (transporte, refeição, moradia, etc.) e a título de indenização (1/3 férias, 13º salário, diárias) são incluídos ou não no cálculo; c) fundamentação legal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Pagamento					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi expedido o Ofício SCI nº 31/11, de 13/11/11, encaminhando a Informação SP/SERPAG nº 68/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência cumprida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Sem informação					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	003.751/2011-2	AC 5.813/2011-2ª Câmara	9.4	DE	35.044-TCU/Sefip, de 22/8/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
O ato de concessão de aposentadoria de Sarah Beatriz Braga Fagundes foi considerado ilegal e poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, <i>caput</i> , também do RI/TCU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serdaf – Serviço de Dados Funcionais					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi expedido o Ofício SCI nº 32/11, de 15/9/11, informando a proporcionalização e disponibilização de ato no Sisac.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência cumprida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 018.877/2011-7	-		DE	983/2011-TCU-Secex-PR, de 05/8/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

TRT 9ª Região – Paraná	-
Descrição da Deliberação:	
Informar sobre indícios de acumulação indevida de cargos públicos dos servidores indicados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Pessoal	-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi expedido o Ofício SCI nº 33, de 14/10/11, encaminhando a Informação SP/SERDAF nº 291/11 e Parecer da Assessoria Jurídica nº 256/11, com manifestação sobre os indícios e sobre o único caso identificado. Foi expedido o Ofício SCI nº 01/12, protocolizado em 14/2/2012, sob o nº 477853642, apresentando relatório conclusivo solicitado pelo TCU.	
Síntese dos resultados obtidos	
Diligência cumprida	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	020.668/2011-2	2.515/2011- Plenário	9.4	RE	Ciência de acórdão
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
9.4. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que informe aos órgãos centrais de gestão de pessoal da Administração Pública Federal da União, nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que o art. 5º da lei 9.717/1998, publicada no DOU de 28/11/1998, derogou do regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União as categorias de pensão civil estatutária destinadas a filho emancipado e não inválido, a irmão emancipado e não inválido, a menor sob guarda e a pessoa designada, previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, respectivamente, todos do inciso II do art. 217 da Lei 8.112/1990;					
9.5. Dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos órgãos centrais de gestão de pessoal da Administração Pública Federal dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Acórdão recebido para ciência					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi expedido o Memorando SCI nº 46/2011, de 24/10/11, dando ciência às áreas competentes, solicitando-se manifestação da Assessoria Jurídica. A matéria foi examinada mediante a instrução do processo PRP 246/11, com manifestação das áreas competentes					
Síntese dos resultados obtidos					
Restou decidida, no âmbito desta Corte, a manutenção das concessões vigentes por estarem juridicamente amparadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC030.630/2011-8	AC 9.126/2011-TCU-2ª Câmara	1.6	DE	4.2532/TCU/Sefip, de 03/11/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRT 9ª Região – Paraná					-
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT/PR que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de Patrícia de Oliveira Bigai (CPF 323.866.698-31) no sistema Sisac, e o encaminhe ao TCU, via Controle					

Interno, corrigindo a falha apontada por esta Corte e/ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Pessoal – Serdaf	-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi expedido o Ofício SCI nº 38/11, de 11/11/11, disponibilizando ato saneado no Sisac.	
Síntese dos resultados obtidos	
Diligência cumprida	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

14 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

A Unidade de Controle Interno, no exercício de 2010, iniciou processo de readequação e reestruturação dentro do organograma desta UJ, em atendimento à Resolução CNJ 86/2009, editada em atenção ao Acórdão TCU nº 1074/2009, sendo atendida no final de 2010 no quesito vinculação desta unidade junto à Presidência através do Ato nº 157/2010.

Os pedidos relativos ao aumento de lotação e criação de funções para o cumprimento das atividades a serem desenvolvidas por esta secretaria, e também necessários para a reestruturação, não tiveram êxito.

As recomendações decorrentes de achados de análise prévia de processos de licitação foram atendidas.

Os processos da área de pessoal que passaram pela análise quando resultaram em alguma recomendação também foram atendidas.

Ressalte-se que no ano de 2011 a secretaria deteve-se com maior foco na análise prévia de processos licitatórios e atendimento de pedidos para manifestações sobre contratos e convênios.

15 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE

Neste tópico são apresentadas informações relevantes acerca dos valores arrecadados e recolhidos relativos a impostos, contribuições e outros valores pelo TRT 9ª Região, os principais critérios contábeis adotados na avaliação dos elementos patrimoniais e análise das conformidades contábeis do exercício de 2011.

15.1 Receitas Arrecadadas pela UJ

A partir de 1º de janeiro de 2011, o pagamento das custas e emolumentos na Justiça do Trabalho passou a ser realizado exclusivamente pela Guia de Recolhimento da União, e não mais por Documento de Arrecadação de Receitas Federais, conforme determinação do Ato Conjunto nº 21/2010 TST.CSJT.GP.SG.

A migração da arrecadação de custas e emolumentos de Darf para GRU proporcionou um melhor acompanhamento e controle, uma vez que, com o uso da GRU é possível verificar cada recolhimento efetuado individualmente, por meio de consulta ao Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – Siafi, e obter informações sobre Unidade Gestora, contribuinte, valor pago e código de recolhimento.

A receita arrecadada foi assim distribuída:

18740 – STN CUSTAS JUDICIAIS	29.306.967,81
18770 – STN EMOLUMENTOS	3.051.783,66
OUTRAS RECEITAS	497.900,10
TOTAL	32.856.651,57

15.2 Valores Arrecadados e Recolhidos

Durante o exercício de 2011 este Tribunal arrecadou e recolheu ao Tesouro Nacional e a outros entes da federação impostos, contribuições e valores assim distribuídos:

a) IMPOSTOS FEDERAIS RETIDOS E RECOLHIDOS AO TESOIRO NACIONAL:	
0473 – IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO-RESID. EXTERIOR	3.600,00
0561 – IRRF-R.TRAB.ASSAL.-ADM.PUBLICA/SETOR P	80.009.604,43
0588 – IRRF-REND.TRABALHO SEM VINCUL. EMPREGA	243.315,98
1661 – CPSSS-SERV.CIVIL ATIVO	33.740.006,06
1684 – CPSSS-SERV.CIVIL LICENCIADO	194.800,59
1700 – CPSSS-SERV.CIVIL INATIVO	5.999.938,14
1717 – CPSSS-SERV.PENSION.CIVIL	1.036.008,45
1769 – CPSSS-PATRONAL SERV. CIVIL ATIVO	66.575.146,47
1781 – CPSSS-PATRONAL SERV. LICENCIADO	394.067,98
1889 – IRRF-RENDIMENTOS ACUMULADOS	4.712,31
3208 – IRRF-ALUGUEIS E ROYALTIES PAGOS A P.FI	19.505,35
6147 – TRIBUTOS RETIDOS ORGAOS PUBLICOS – PRO	1.500.916,49
6175 – TRIBUTOS RETIDOS ORG. PUB.-TRANSP.PASS	36.863,50
6188 – TRIBUTOS RETIDOS - ORG.PUB. FINANCEIRA	5.149,83
6190 – TRIBUTOS RETIDOS ORG.PUBLICOS - SERVIC	908.976,23
8739 – GASOL/DIESEL/GLP R ALCOOL NO VAREJO-RE	1.582,47
8767 – MEDICAMENTO ADQUIR.DISTRIB./VAREJ.RET.	1.878,79
8850 – MEDICAMENTO ADQUIR.DISTRIB./VAREJ.RET.	88,12
8767 – MEDICAMENTO ADQUIR.DISTRIB./VAREJ.RET.	1,14
TOTAL	190.676.162,33
b) VALORES RETIDOS RECOLHIDOS A PREVIDENCIA SOCIAL – INSS	
2402 – ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO – CNPJ	1.387.182,58
2640 – CONTR. RETIDA NF/FATURA PELO ÓRGÃO PÚBLICO	739.947,13
2682 – CONTRIB. RET. S/A NF/FATURA PRESTADORA SERV-CEI	65.544,32
TOTAL	2.192.674,03
c) ISS RETIDO E RECOLHIDO AOS MUNICÍPIOS	
TOTAL	258.362,90
d) RECOLHIMENTOS AO TESOIRO POR MEIO DE GRU- GUIA DE RECOLHIMENTO A UNIÃO	
11572 – MONTEPIO CIVIL	15.853,44
18806 – STN-REC.DESP.EXERC.ANTER.	6.342,42
18811 – STN TX OCUPAÇÃO IMÓVEIS	15.311,52
18821 – STN OUTRAS INDENIZAÇÕES (FOLHA)	117.489,13
18822 – STN OUTRAS RECEITAS	55.316,72
18831 – STN – MULTA/JUROS PREVISTO EM CONTRATO	30.374,56
18854 – STN RESSARCIMENTO LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	27.243,38
51328 – FIST-TX INTR FISC INS FIN	1.167,07
51329 – FISTEL – TAXA FISCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO	126,72
52672 – ANATEL-CONTR. RADIOF PUB.	28,14
57241 – FISTEL OUT DIR USO RDFREQ	62,00
68801 – DEVOLUÇÃO CRÉDITO FOLHA DE PAGAMENTO	5.424,39

70013 – ESAF – INTRA CURSOS/SEMINÁRIOS	3.741,00
70198 – REC-INTRA-IND.ED./GRAFICA	74.436,87
78818 – REC-INTRA-SERV. COM. LIVROS/PERIÓDICOS	100,00
90001 – SERPRO – OUTROS VALORES PENDENTES	22.340,55
TOTAL	375.357,91
TOTAL GERAL	193.502.557,17

Fonte: Siafi/Sercont/Secof

15.3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nos demonstrativos contábeis do TRT 9ª referentes ao exercício de 2011, foram adotados os seguintes critérios contábeis:

- a) Para avaliação dos elementos do ativo financeiro foi utilizado o custo de aquisição;
- b) Para avaliação dos elementos do ativo não financeiro foi utilizado para as contas que compõem o estoque, o preço médio ponderado das compras, de acordo com o artigo 106, da Lei nº 4.320/64;
- c) Na avaliação dos elementos do ativo permanente foi utilizado para os bens móveis o valor de aquisição e para os bens imóveis em construção, o custo de construção. Os bens imóveis já incorporados ao patrimônio da União, foram avaliados pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pelo Departamento de Patrimônio da União;
- d) Os valores registrados no Passivo estão avaliados pelo valor corrente;
- e) Foi utilizado o regime contábil de competência para o registro das despesas;
- f) Os demais demonstrativos contábeis exprimem de forma fidedigna a execução orçamentária e financeira do TRT 9ª Região e a real situação econômico-financeira do órgão.
- g) No exercício de 2011, em observância aos Princípios da Competência e Oportunidade, conforme Resolução CFC nº 1.111/2007, art. 85 da Lei 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 3ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 664/2010 e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), o Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região, registrou mensalmente as Provisões para Férias e 13º Salário. A partir do mês de novembro de 2009, em conformidade com a NBC T 16.9, iniciou o registro da depreciação dos itens do Imobilizado e da amortização de Intangíveis.
- h) Para fins de Depreciação e Amortização dos elementos registrados no Imobilizado e Intangível, respectivamente, foram utilizados os seguintes critérios:
 - h.1) Método utilizado: método linear ou de quotas constantes;
 - h.2) Vida útil econômica e Taxa utilizada: conforme tabela abaixo:

Grupo SIAFI	Descrição do Título do Grupo de Bens	Prazo de Vida Útil *	Taxa Anual de Depreciação
04	Aparelhos de Medição e Orientação	10 anos	10%
06	Aparelhos e Equipamentos De Comunicação	5 anos	20%
08	Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Labor. Hospit.	5 anos	20%
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10 anos	10%
18	Coleções e Materiais Bibliográficos	10 anos	10%
24	Equip. Proteção, Segurança e Socorro	10 anos	10%
30	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10 anos	10%
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10 anos	10%
33	Equip. p/Áudio, Vídeo e Foto	5 anos	20%
34	Máq., Utensílios e Equipamentos Diversos	10 anos	10%
35	Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos	20%
36	Máq., Instal. e Utensílios de Escritório	10 anos	10%
38	Máq., Ferramentas e Utensílios de Oficina	5 anos	20%
39	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10 anos	10%

42	Mobiliário em Geral	10 anos	10%
44	Obras de Arte e Peças para Exposição	10 anos	10%
48	Veículos Diversos	10 anos	10%
51	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	5 anos	20%
52	Veículos de Tração Mecânica	5 anos	20%
57	Acessórios para Veículos	10 anos	10%
94	Intangível	5 anos	20%
99	Outros Materiais Permanentes	10 anos	10%

*Adotado como parâmetro o critério determinado no Anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 162/1998, da Secretaria da Receita Federal, que estipula o prazo de 10 anos para depreciação de máquinas, 5 anos para veículos, 5 anos para computadores e periféricos e 10 anos para móveis.

- h.3) Para fins de valores residuais foram aplicadas as mesmas taxas de depreciação e amortização sobre o custo de aquisição dos bens;
- h.4) Os bens imóveis não foram depreciados, seguindo orientação da Coordenação Geral de Contabilidade, conforme mensagem Siafi 2009/1299579, de 11/11/2009, pois esta será efetuada diretamente pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - Spiunet.

15.4 Análise das Conformidades Contábeis

Durante o exercício de 2011 este Tribunal apresentou restrições contábeis nos meses de março, abril e agosto, por ocasião do registro de conformidade contábil quando do fechamento mensal dos balancetes, conforme observado na transação Conconfcon no Siafi, abaixo discriminado:

CONFORMIDADE CONTÁBIL DE U.G. – EXERCÍCIO 2011		
UNIDADE GESTORA: 080012 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO		
GESTAO: 00001 - TESOURO NACIONAL		
MÊS	SITUAÇÃO	MOTIVO/REGULARIZAÇÃO
JANEIRO	SEM RESTRIÇÃO	
FEVEREIRO	SEM RESTRIÇÃO	
MARÇO	COM RESTRIÇÃO	Código: 177 – Suprimento Fundos saque superior A 30%. Justificativa: Utilização do CPGF na modalidade saque, superior a 30% do total da despesa anual do órgão. Percentual utilizado: 34,41%. (Decreto 6370, de 1º de fevereiro de 2008)
ABRIL	COM RESTRIÇÃO	Código: 177 – Suprimento Fundos saque superior A 30%. Justificativa: Utilização do CPGF na modalidade saque, superior a 30% do total da despesa anual do órgão. Percentual utilizado: 34,49%. (Decreto 6370, de 1º de fevereiro de 2008)
MAIO	SEM RESTRIÇÃO	
JUNHO	SEM RESTRIÇÃO	
JULHO	SEM RESTRIÇÃO	
AGOSTO	COM RESTRIÇÃO	Código: 951 – Falta do registro da conformidade de Registro de Gestão. Justificativa: Falta do registro da conformidade dos Registros de Gestão no prazo determinado pela IN/STN nº 6, de 31/10/2007, relativo ao dia 09/08/2011.
SETEMBRO	SEM RESTRIÇÃO	
OUTUBRO	SEM RESTRIÇÃO	
NOVEMBRO	SEM RESTRIÇÃO	
DEZEMBRO	SEM RESTRIÇÃO	

Fonte: Siafi/transação: Conconfcon

16 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO DA UJ**DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA****Quadro XXXV - Declaração Plena do Contador**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO			080012
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Curitiba	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	Vilmar José Siqueira	CRC nº	026.180/0-7

Curitiba, 17 de fevereiro de 2012.

Vilmar José Siqueira,
Diretor da Secretaria de Contabilidade,
Orçamento e Finanças - Secof

Marhuska Santos Polli,
Diretora da Secretaria de Controle Interno

SEÇÃO IV - RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do contido no presente Relatório, a conclusão desta unidade de controle interno dá-se no sentido de que o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região atuou no exercício de 2011, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo como resultado a prestação jurisdicional, nos termos em que estabelece o artigo 114, da Constituição Federal/1988.

As principais dificuldades decorrem do fato de que embora tenha sido estabelecido o Planejamento Estratégico como referência para a atuação no quadriênio 2010-2014, a aferição da execução da estratégica não foi possível, em razão de ser o primeiro ano de utilização da metodologia *Balanced Scorecard*, bem como alguns indicadores em sua maioria, não havia parâmetros para análise e conseqüentemente extrair os resultados, seja por falta de meta estipulada ou linha de base.

Diante deste contexto, em face do elevado grau de dificuldade de apuração da linha de base, iniciou-se neste exercício a construção de uma série histórica, que permitirá o aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão deste Regional para os próximos exercícios.

Não obstante, no que diz respeito ao atendimento das demandas ordinárias foi possível o pleno alcance das metas fixadas para o exercício especialmente representado pelo índice de Utilização Orçamentária no percentual de 99,93 % do orçamento repassado para esta UJ.

Curitiba, 30 de março de 2012.

Marhuska Santos Polli
Diretora da Secretaria de Controle Interno